



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ADRIANA SILVA ALVES

A voz dos catadores:
Formação de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito
Federal

Brasília – DF

2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ADRIANA SILVA ALVES

**A voz dos catadores:
Formação de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito
Federal**

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Brasília – DF

2013

ADRIANA SILVA ALVES

A voz dos catadores:
Formação de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito
Federal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Professor Orientador: Erlando da Silva Rêses

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (Orientador)

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Simone Aparecida Lisniewski

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

Prof.^a Dr. Renato Hilário dos Reis

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

Brasília, 20 de Dezembro de 2013.

Alves, Adriana Silva.

A voz dos catadores: Formação de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal/ Adriana Silva Alves. – Brasília, 2012.

Monografia (licenciatura) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses, Faculdade de Educação.

1. Educação 2. Trabalho 3. Significação 4. Catadores 5. Distrito Federal.

*Dedico este trabalho às catadoras e catadores
que me mostraram que outro mundo é
necessário e possível.*

AGRADECIMENTOS

Àqueles que contribuíram de forma direta e indireta para o trabalho, por meio da vivência, das contribuições e críticas.

À minha extensa família, em especial a minha mãe (Socorro), avó (Dominga), tias (Mônica e Leila) e tios (João, Rafa, Junior, Francisco e Carlos), aos meus irmãos (Jorge, Fernanda, Mariana, Leonardo, Isabela, Bruna, Alex e Junior), aos diversos primas e primos.

Ao Davi e sua família, Miranda, Siron, Joes, Darhma, Chico e Jana, Itu, Antonio, Catarina e Naomi.

Aos meus professores da escola e da vida, Ira, Alba, Francisco, Vera Catalão, Humberto Góes, Ana Tereza, Raquel Moraes, Maria Luiza e Erlando Rêses, Carlucia Maria, e ao apoio da Daniella Estrela e da Simone da Silva.

Aos meus irmãos de república, Beбето, Don, Carlos, Jon, Diana, em especial o Marcos Dias, Luana Weyl e Priscilla Brito.

Agradeço o apoio e abertura Movimento Nacional dos Catadores e a CENTCOOP, em especial ao Alexandro Cardoso e Ronei Alves.

Agradeço aos colegas que contribuíram imensamente com a minha trajetória acadêmica em torno do tema, Kellen Pasqueleto, David Cavalcante, Odécio Rossafa, Niro Barrios, Aline, e Luis Fernando.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial a Talita Rocha, Inés Kape, Marina Bicalho, Wesley Oliveira, Edward Conrado, Yuri Melo, Vírgilio Soares, Gabriel Preusse, Dani Neri, Barbara Neri, Maristela de Jesus, Rayla da Costa, Antonio Marques, Fernando Gianelli, Rafael Acypreste, Lucas Cacao, Laíse Cabral, Luiza Valladares, Laís Dutra, Thalita Najara, Vítor Magalhães, Mariana Cruz, Deyse Rodrigues, Alex Sodré, Pâmella Gomes, Kamyla Monteiro, Rodrigo Soares, Paulo Araújo, Jackeline Sousa, Cíntia Cintilante, Cobi Shalev, André Luis, Aíla Hipácia e Thiago Rodrigo.

Por fim, àqueles cuja utopia os move.

*“O que me interessa é a diferença.
Interessa-me a voz das margens, a poesia
dos rebeldes, dos bêbados, dos
discriminados, tipos que não encontram
quem os ouça e que têm a verdadeira
experiência dos abismos”.*
Inês Pedrosa.
(Terapia das Palavras)

RESUMO

O protagonismo dos catadores vem mostrando um universo complexo, permeado de violações de direitos e de lutas sociais. Ciente da importância de acompanhar e discutir alguns elementos, este Trabalho de Conclusão de Curso reúne reflexões em torno do tema educação e trabalho nas associações e cooperativas de catadores do Distrito Federal. Trata-se de um conjunto de investigações que foram desenvolvidas ao longo da graduação, no âmbito da extensão universitária, do Programa de Iniciação à Pesquisa (PROIC), e do próprio curso de Pedagogia. O objetivo desse trabalho é analisar as percepções sobre a formação técnica e política direcionada a categoria Catador de Materiais Recicláveis do DF, levando em consideração a análise do contexto socioeconômico que emerge da prática do trabalho, a formação a partir dos marcos regulatórios. Ao longo do texto, buscou-se discorrer sobre a realidade do trabalho dos catadores, segundo dados oficiais e literaturas que abordam o tema. Em seguida, são apresentados os principais marcos jurídicos e políticos que influenciam a categoria hoje e discute-se sobre o desafio tecnológico imposto pela necessidade de adequação, com a inclusão socioeconômica dos catadores, ao novo paradigma de gestão de resíduos sólidos. Buscou-se, também, discutir o conceito de formação e de economia solidária acompanhado de um mapeamento das principais entidades que promovem a formação e o fomento de cursos de capacitação e qualificação profissional a catadores no Distrito Federal. Por fim, apresenta-se uma investigação de cunho exploratório que utiliza técnicas da análise do conteúdo, com o objetivo de lançar mão da narrativa e da experiência vivida como conteúdo de significativa relevância que permite dar visibilidade às percepções e às expectativas dos catadores/as sobre cursos de formação profissional a eles direcionados. Com base na pesquisa e na análise das entrevistas, os resultados apresentados estão relacionados a temas como identidade sócio-ocupacional, formação profissional, motivação e avaliação, acompanhados por reflexões críticas em torno da necessidade da estruturação dos cursos e da prática da autogestão para uma educação que possa ser de fato emancipadora.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Significação; Catadores; Distrito Federal.

ABSTRACT

Scavengers protagonism has shown a complex universe, permeated by rights violations and social struggles. Aware of the importance of observing and discussing some elements, this Course Conclusion Work congregates reflections about the topic education and work inside Federal District scavengers associations and cooperatives. This is a set of investigations developed during graduation, including university extension, Scientific Initiation Program (ProIC) and the Pedagogy course itself. The purpose of this work is to analyze perceptions involving technical and political formation orientated to the scavengers of the Federal District, taking into account the analysis of social and economic context that emerges from the work practices, training from the regulatory frameworks. Along the text, the author discusses about scavengers work reality, according to official data and literature on the topic. Then, the main legal and political marks that influence the category nowadays are presented, and the technological challenge imposed by the need of adaptation, considering the social and economic inclusion of the scavengers, to the new solid waste management paradigm is discussed. The author also debates the definitions of formation and solidarity economy and presents a mapping of the main entities that promote the formation and encourage training and professional qualification courses to scavengers at Federal District. Finally, it is presented an exploratory investigation that uses content analysis techniques, aiming to show the author's narrative and experience as a content of significative relevance that allows giving visibility to scavengers' perceptions and expectations about professional formation courses directed to them. Based on the search and analysis of interviews, the presented results are related to topics as social occupational identity, professional formation, motivation and evaluation, followed by critical reflections on the need of structuring courses and practicing self-management in order to promote a really emancipating education.

Keywords: Education; Work; Perception; Scavengers; Federal District.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - I Congresso Nacional de Catadores em Brasília.....	28
Figura 2 - Lançamento da terceira etapa do programa Cataforte III. 2013.	29
Figura 3 - Foto da Estrutural.....	34
Figura 4 - Espaço I-catador. Estrutural. 2013.....	38
Figura 5 - HQ de Luciano Irrthum.	52
Figura 6 - HQ de Luciano Irrthum.....	77
Figura 7 - Assinatura da PNRS..	87
Figura 8 - Catadores no lançamento do Programa Cataforte.....	87
Figura 9 - Foto com o professor Paul Singer no Seminário Pró-Catador.....	89
Figura 10 - Encontro da Assessoria Jurídica Popular com membros do MNCR e MNPR.....	87
Figura 11 - Catadores na audiência pública da Parceira Público Privada	88
 Gráfico 1 - Os três principais territórios ocupados pelos catadores	32
Gráfico 2 - Os três principais territórios ocupados pelos catadores	33
 Quadro 1 - Relação das Organizações do DF que compõem a CENTCOOP	35
Quadro 2 - Lotes do edital da coleta seletiva organizada nos terrenos da CENTCOOP.....	42
Quadro 3 - Mapa das entidades formadoras e fomentadoras de projetos e programas DF .	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos catadores/as	586
Tabela 2 - Denominações da ocupação catador.....	59
Tabela 3 - Significados da ocupação	60
Tabela 4 - Cursos de formação dos quais os catadores participaram	63
Tabela 5 - Curso de formação dos quais os dirigentes participaram	63
Tabela 6 - Importância da formação profissional para os catadores	65
Tabela 7 - Cursos que os catadores gostariam de fazer	65
Tabela 8 - Aspectos que atraem os catadores a frequentarem os cursos	67
Tabela 9 - Perspectiva de mudança para os catadores.....	68
Tabela 10 - Perspectiva de mudança para os dirigentes	68
Tabela 11 - Avaliação dos cursos de formação realizada pelos catadores	69
Tabela 12 - Avaliação dos cursos de formação realizada pelos dirigentes	70

SUMÁRIO

1. Parte I	14
1.1 Memorial	14
1.2 Território Ceilândia	14
1.3 Território São Sebastião	17
1.4 Território Plano Piloto	21
2. Parte II – Monografia	25
2.1 Introdução	25
3. Capítulo I.....	26
3.1 Os catadores no Brasil e as suas conquistas	26
3.2. Construção do Sujeito Catador no Distrito Federal.....	30
4. Capítulo II	36
4.1 O Marco Jurídico, Político e Tecnológico em torno das tensões envolvendo a cadeia de materiais recicláveis e os/as catadores/as.	36
4.1.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos	36
4.1.2 Nova lei do Cooperativismo de Trabalho e os desafios na formação dos catadores/as 39	
4.1.3 Centros Tecnológicos de Triagem: desafios na adequação sociotécnica.....	40
5. Capítulo III	43
5.1 Formação: Do Conceito Ao Mapeamento Das Ações.....	43
5.2 Economia Solidária e Autogestão.....	44
5.3 Educação nos Empreendimentos Cooperativos de Catadores/as	45
5.4 Espaços Pedagógicos de Formação	46
5.5 Instrumentos de apoio.....	50
6. Capítulo IV	54
6.1 Método e Materiais de Análise	54
6.2 Contexto da Pesquisa: Triênio 2011/2012/2013.....	56
6.3 Caracterização dos grupos entrevistados	56
6.4 Análise dos dados	57
6.4.1 Perfil.....	57
6.4.2 Apresentação do tratamento.....	58
6.4.3 Identidade Ocupacional	59
6.4.4 Formação e Qualificação Profissional	62
6.4.5 Aspectos Motivacionais	67
6.4.6 Avaliação dos cursos de formação.....	69
6.4.7 Síntese Interpretativa	72

7. Considerações Finais.....	75
8. Parte III.....	83
8.1 Perspectivas profissionais.....	83
9. Referências Bibliográficas	84
Anexos.....	87
10.1 Anexo 01 - Fotos de eventos com a participação dos catadores e da pesquisadora.	87
10.2 Anexo 02 - Roteiro de entrevistas.	90

1. Parte I

1.1 Memorial

Eu poderia começar este texto dizendo que eu “tenho 25 anos de sonho e de sangue e de América do Sul, por força deste destino, um tango argentino me vai bem melhor que blues”, como a saudosa canção A Palo Seco, gravada em 1976 pelo compositor e intérprete Belchior. Sua música, assim como tantas outras, marcou uma geração e segue inspirando outras.

São duas décadas e meia que podem ser divididas em três fases: a infância, de 0 aos 13 anos; a adolescência, de 13 até os 18, e o que eu considero ser o primeiro ciclo da fase adulta, dos 18 até o presente momento. Esta não é uma divisão relacionada com a clássica visão do processo de desenvolvimento humano, nem tem a ver com a divisão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de três períodos com três territórios distintos e, por isso, expressam situações e momentos muito particulares.

1.2 Território Ceilândia

No primeiro momento, temos como cenário a cidade de Ceilândia, coração das lutas de Brasília e onde eu tenho orgulho de ter vivido. Essa cidade carrega uma importância enorme para mim e é lá que a minha história começa: o meu avô, o senhor João Pereira da Silva, cearense de nascença, chegou em meados dos anos de 1970 com a minha avó piauiense, Dominga Cardoso, e com quatro filhos pequenos - duas meninas, a minha mãe Maria e a minha tia Sandra e dois meninos, meus tios Carlos e Marcos - para buscar trabalho na Capital.

Brasília era uma cidade jovem e promissora. Não só no ciclo da construção atraiu jovens nordestinos, mas também nos anos posteriores, quando seguiu se expandindo e dependendo de serviços básicos da construção. Meu avô, que toda a vida foi pedreiro se instalou na conhecida Campanha de Erradicação de Invasões, posteriormente chamada de Ceilândia, onde vivenciou a luta por terra, moradia e acesso a água. Nesse lugar eles viveram

até começar a expansão das cidades do entorno, para onde, atraídos pela valorização dos lotes fora de Brasília e com a possibilidade de comprar lotes maiores e mais baratos, os meus avós se mudaram. Passaram a viver em Santo Antônio do Descoberto, onde residem até hoje.

Na segunda geração, a dos meus pais, a história se repete em parte. Meu pai Osvaldo era um jovem mecânico quando chegou em Brasília no início dos anos de 1980, também buscando emprego na Capital, e como mecânico, participou mais diretamente do ciclo dos serviços prestados na expansão da pequena indústria e do setor de serviços. Como tantos outros jovens de sua época, casou-se cedo e logo teve filhos. No início dos anos 90, já éramos quatro, meus irmãos Alex, Jorge, Fernanda e eu, que pelas ruas de Ceilândia, especificamente na quadra 36 do P.Sul, conjunto L, casa 02, tivemos a oportunidade de viver uma vida simples, mas com liberdade imaginativa e com a possibilidade de construir com as próprias mãos os nossos verdadeiros castelos em cima da árvore e nossos carros de Fórmula 1 feito de sucatas.

Tive uma infância travessa e ela em nenhum momento foi individual, pois não há uma só lembrança que não tenha 3 ou 4 meninos. Não me lembro de mim sozinha nem mesmo tomando banho, era tudo um bolo só de gente, e não eram só os lá de casa, senão os vizinhos, que volta e meia, estavam com a gente. Sempre fomos inventores, éramos engenheiros, arquitetos, mecânicos, enfermeiros, éramos muitas coisas e muitos personagens.

Lembro-me das brincadeiras com bolas, das pipas e da biloca. Brincadeiras que são comuns a muitas crianças no país e que foram importantes, mas não dá também para não notar as influências de ser da geração que teve a infância nos anos de 1990 e viveu próximo à Capital. Meus irmãos, meus colegas e eu vivemos a geração *Power Rangers* com tudo que tinha direito, como viver os personagens e suas histórias de lutas ninjas. Também vivemos a era *Pokémon*, um tanto mais consumista eu diria, por se tratar de algo que exigia comprar poke-bolas e colecionar os bichinhos e, nesse sentido, o nosso vizinho (filho único) conseguia se sobrepôr nas brincadeiras. E, conforme foram passando os anos, nós ficamos cada vez mais imersos no universo das 5 horas corridas de desenhos na TV e dos aparelhos como o mini-game e *tamagotchi*.

Além das brincadeiras, outro aspecto pelo qual eu posso analisar a primeira fase da minha vida é o viés do gênero e da construção de papéis sociais que eu vivi. Por mais que eu fosse uma menina que tentava acompanhar os meus irmãos, a pipa e o futebol não eram permitidos para meninas plenamente. Para mim e para a Fernanda sobravam o papel de espectadoras, de torcedores, gandula e apoio técnico. Quando nos cansávamos, íamos buscar

nas caixas de papelão o universo mágico da casa de boneca. Até hoje eu me impressiono como eram bonitas se bem feitas as casinhas. Mais tarde, quando as bonecas já nos cansavam, era a vez de montar e desmontar casinhas usando rodo, vassoura e cadeiras. Era uma arquitetura que durava horas e que gerava incríveis túneis.

Também foi nessa época que despertei um interesse profundo por insetos. Passava alguns momentos do dia observando as formigas. Maravilhava-me com os grilos e com as minhocas. Também era louca por bichinhos, desde sair acolhendo todos os cachorros e gatinhos que eu via na rua, até cuidar de passarinho e cultivar estranho medo e interesse por ratos. Foi nessa época, assistindo a uma reportagem de uma bióloga que passava o dia na Bahia observando os golfinhos, que eu decidi ser bióloga, e depois, romantizada com a ideia de carinho e proteção, eu passei a querer ser veterinária.

Nos poucos momentos que eu não estava no mundo das ideias, eu estava na escola. Comecei a estudar com sete anos, mesmo sendo em uma época em que as crianças iniciavam o ensino fundamental com seis. Da primeira à quinta série (na época ainda era assim que se chamava), eu guardo poucas lembranças. Não me lembro de nenhum professor e de coleguinhas de sala. Só me lembro das bolinhas de papel crepom e das festas juninas. Dessas coisas ninguém se esquece como também não se esquece do primeiro amor ou dos enamoramentos da pré-adolescência, quando namorar era andar de mãos dadas.

Outra das vagas lembranças que eu carrego e que me marcaram foram as viagens para visitar os meus avós Cesário e Odília, pais do meu pai, que vivem no interior do Ceará, em um vilarejo chamado São José. Meu avô é dono de vacas, é produtor de castanha e já foi um pequeno comerciante. Minha avó, a qual eu pouco tive oportunidade de conhecer melhor, é uma mulher do lar, companheira e mãe, que nunca demonstrou muita paciência para lidar com as travessuras dos netos. Nessas viagens, eu enfrentava o medo de andar a cavalo, o medo de banhar em rios e de andar entre as folhas e encontrar uma cobra. Eram medos comuns de menina da cidade.

A vida no agreste nordestino não era vista por mim como difícil nessa época, porque eu nunca presenciei a seca, sempre que eu ia visitá-los, era janeiro. Tinha chuva e até no pé e, às vezes, seriguela. A vida da vida sertaneja só fez sentido depois de grande, vendo e revendo filmes, como *O Alto da Compadecida*, e estudando a trajetória da construção de Brasília e do ciclo da pobreza e da miséria no país. Ainda não tive oportunidade de conhecer melhor os meus avós. Estou me programando para uma viagem etnográfica em busca de informações sobre eles para os próximos anos.

Ainda nessa primeira fase, eu tive contato com o trabalho. Foi aos dez anos que comecei a trabalhar em casa, ajudando a limpar e cozinhar. Era menina e mais velha, não era uma opção e sim uma obrigação saber fazer essas coisas. Era entendido como o mais útil que uma mulher pode saber. Primeiro porque serve para a casa, segundo porque servirá para casar um dia. Posso dizer que foram conhecimentos importantes e que os valorizo, mas não valorizo os motivos que obrigavam a mim e não aos outros a fazer. Dos dez aos treze, já tinha uma rotina de menina grande e meu tempo já estava tomado pelos afazeres de uma casa grande e dos deveres da escola. Quando me sobrava tempo, eu brincava ou me anestesiava com a televisão vendo programas juvenis.

1.3 Território São Sebastião

No fim desse primeiro ciclo, os meus pais já haviam se separado e o meu pai já estava novamente casado e teve um casal de filhos, a Bruna e o Júnior. Foi no nascimento do Junior que meu pai decidiu mudar para São Sebastião, dando início à segunda fase em um novo território, agora com treze anos. Para entender como chegamos em 1996 a São Sebastião é necessário contar uma história: alguns anos antes, o meu pai, então piloto esportivo de ultraleve, foi contratado pelo Roriz para panfletar com o seu monomotor, emitindo *folders* contra a campanha do Cristovam Buarque. Em uma tarde, o meu pai sobrevoou a cidade de São Sebastião e, ao jogar o material, um dos panfletos ficou preso no motor, provocando o acidente que deixou o meu pai um ano paraplégico. O acidente não tirou o gosto pelo esporte, em seguida o meu pai já comprou outro ultraleve e, curiosamente, investiu na compra de uma casa na cidade. Posso dizer que ninguém conhecia São Sebastião, era longe de Ceilândia, era relativamente pequena, muito marginalizada e um tanto rural, inclusive o nome conhecido na época era Agrovila São Sebastião. Não entendi por que o meu pai escolheu essa cidade para viver.

Foi após o acidente que eu ouvi falar sobre a cidade e a primeira imagem que eu guardo é uma reportagem do meu pai sendo socorrido em plena Avenida Central sendo exibida por algum noticiário. Quando nos mudamos para lá, eu comecei a enfrentar todos os problemas da adolescência. Tive que encarar uma cidade nova, uma escola nova e uma série de mudanças hormonais. Demorou muito para me adaptar. Só me senti mais à vontade quando

meu pai comprou uma chácara e eu retomei o meu gosto pela natureza. Sentia-me bem no cerrado, íamos andar a cavalo, banhar no rio e buscar fruta no pé.

Em São Sebastião, eu cursei da sexta série ao terceiro ano do segundo grau. Passei pelas escolas São Paulo, São José, Centrão e Bosque. Posso dizer que fui boa aluna, apesar de matraca, eu simpatizava com os professores. Sempre ia para a direção ou para a sala dos professores, não porque era mandada de castigo e sim porque gostava de viver entre eles. Era a ajudante da sala e às vezes, amiga de alguns professores. Não era tida como bajuladora e sim como uma futura docente, bem, era assim que eu acho que era percebida.

No fim da oitava série, eu comecei com as minhas atividades políticas, e a me descobrir com tais talentos porque me encantei por um garoto chamado Keves, que como eu, gostava de lidar com os assuntos sociais da escola. O momento que eu achei que fosse oportuno para ele me conhecer melhor foi no programa da Câmara dos Deputados, que incentivava os alunos da rede pública a criarem projetos de lei. Na ocasião, grupos de alunos foram criados e ele ficou no meu grupo, com o tema segurança alimentar. Juntos, pensamos sobre a melhoria da merenda escolar e na época eu estava acompanhando a minha madrastra em um curso da EMATER¹, e pensei na possibilidade de haver produtos oriundos das hortas vizinhas às escolas na merenda. E competimos na escola com essa proposta. Eu não me lembro de pôr nada no papel. Só sei que depois a Câmara aprovou algo parecido e essa história voltou à minha memória como algo presente.

Depois da competição, nos juntamos novamente para organizar uma campanha de arrecadação de roupas e de comida para a creche “Anjos da Guarda”. Foram 25 caixas de produtos arrecadados e entregues. No fim do ensino fundamental, eu segui na escola pública e o menino destaque foi estudar no Plano Piloto. Ele tinha conseguido uma bolsa em um colégio de renome. A minha inspiração não estava mais personificada, agora constituía a minha identidade escolar. Nos anos seguintes eu passei a ser representante de sala e só tinha interesse por disciplinas como história, sociologia e filosofia. Eu, que já era ruim em matemática, agora era péssima. Todos os anos eu reprovava. Nunca passei em matemática, sempre ficava para recuperação. Não reprovava em química ou em física, só na matemática. Guardo traumas e dificuldades até hoje.

O ensino médio eu comecei a cursar no Centro de Ensino 01, conhecido como Centrão. No final do primeiro ano, eu saí de casa e, como já é sabido, nunca há somente um

¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.

motivo, mas sempre há o momento que nos impulsiona. Aquele que te faz chegar ao limite da relação e provoca a tomada de decisão. Sobre esse ponto, o motivo foi o resultado de um conflito com a minha madrastra que, irritada, convenceu o meu pai a não efetivar a minha matrícula no curso técnico no qual eu havia ganhado uma bolsa de estudos de 100% e cujas aulas eram no final de semana. Quando eu soube que não iria estudar, eu decidi sair de casa e, no dia seguinte, eu escrevi uma carta contando a minha história e fui entregar na direção do colégio.

Na carta eu contei o rompimento com a minha família e disse que não poderia entregar o comprovante de isenção de impostos do meu pai (o único documento dependente dele e que ele se recusou a me entregar) e que não tinha mais contato com a minha mãe, ela na época já havia se casado novamente, tido três filhos e vivia no Goiás. No relato eu contei do meu interesse em estudar e o diretor da escola marcou um encontro comigo e conversou bastante, e, por fim, me aconselhou a tirar o meu CPF e o meu comprovante de isenção e entregar na secretaria da escola. Na época eu tinha me matriculado em Gestão de Alimentos, mas, por sorte, não havia número de matrículas suficientes e eu tive que optar por outro e, por fim, fui para o que eu realmente desejava, o curso de Gestão Ambiental. Eu não escolhi como primeira opção porque achava que não conseguiria passar no curso. Considerava difícil. Foi fundamental a experiência de cursar o ensino técnico junto ao ensino médio. Sinto que me ajudou a amadurecer a ideia de seguir com os estudos e acreditar na possibilidade de ingressar no ensino superior.

Como havia saído de casa e não tinha para onde ir, eu fui morar com a minha professora de História, Alba. Ela me acolheu em sua casa e foi uma forte influência para mim, porém, em poucos dias eu me mudei para a casa de uma amiga porque a Alba vivia em um condomínio onde não passava ônibus e a minha ida e volta para a escola se tornava muito complicada para nós duas. Passadas algumas semanas, eu fui morar em uma república masculina, de uma família de irmãos e primos vindos do interior do Maranhão. Fui muito bem acolhida e fui muito feliz vivendo na república, mesmo havendo preconceitos advindos do machismo já que me questionavam como eu podia morar com cinco rapazes! Essas pessoas simples me ensinaram muito e me incentivaram. Foi lá que eu conheci Marx, Che, King, Bob Marley, entre outras influências históricas que marcaram o meu percurso.

Para me manter financeiramente, eu recebi apoio dos meus professores Francisco e Iracilda, Ira, como é chamada. Eles foram de fundamental importância na minha vida acadêmica. Com o tempo, eu perdi o contato com o Francisco, mas a Ira se tornou uma grande

amiga. Ela foi minha professora de português na sétima ou oitava série e me inspirou muito a ser diferente, pensar criticamente e me vestir de forma alternativa. Nossos encontros e saídas passaram a ser frequentes e em um determinado momento, passamos a viver juntas. Foi por volta dessa época que eu conheci o meu companheiro Davi.

Outro momento que vale mencionar nesse período foi a minha participação no curso de Educação Ambiental da Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (EAPE), em parceria com o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM). Como projeto a ser desenvolvido no curso, eu apresentei uma proposta de Eco-gincana na Associação Ludocriarte e passei a dar aulas de reforço escolar e aplicar o projeto por alguns meses. O projeto se chamava Sementes do Amanhã e incentivava alunos de 7 a 12 anos a aprender sobre meio ambiente brincando. Para o desenvolvimento da proposta, foram organizadas 4 equipes com elementos: terra, fogo, água e ar, e, como estratégia de envolvimento da criançada, uma vez que a eco-gincana era aberta, eu passei a chamar as equipes de Equipes Narutos e a relacionar a proposta com o desenho que na época era muito conhecido pelas crianças.

No desenho Naruto, a natureza era frequentemente usada e havia grupos que trabalhavam coletivamente e que viviam em ilhas com os nomes dos 4 elementos. Durante a eco-gincana, as crianças podiam se vestir como os personagens do desenho. Essa estratégia fez o projeto ter boa participação e ser destaque na Associação. Durante a execução usei a pedagogia de projetos para incentivá-los a se aprofundar nos conhecimentos sobre os elementos. No fim, todos os grupos apresentaram trabalhos, sendo os temas: cerrado, queima e desmatamento, nascentes e ciclo das chuvas, trabalhados coletivamente e sobre vários momentos pedagógicos. No fim da minha participação na associação, eu ensaiei o grupo junto com o monitor Cristiano para uma interpretação teatral da música Peixuxa, do Raul Seixas, no Festival de Cultura da Ludocriarte.

Essa foi a minha primeira prática docente e, junto com o meu encantamento pelo curso de educação ambiental, repensei a minha escolha por biologia ou engenharia florestal. Estava eu me repensando profissionalmente e me inscrevendo para Pedagogia no PAS 2008 (Programa de Avaliação Seriada) sobre o argumento de que pouco transformaria o mundo, observando e cuidando de animais ou recuperando áreas degradadas, se as pessoas não se conscientizassem da importância do meio ambiente equilibrado e respeitado. Quanto tempo iria manter a recuperação de uma mata ciliar se a população em volta do rio não aprendesse sobre a necessidade dela e de sua manutenção?

Foi assim que escolhi a minha carreira e sobre a ideia de sair da Universidade formada como mestre em educação ambiental e gerindo projetos era como eu me via. Queria aliar gestão ambiental e educação ambiental e assim que iniciei nas aulas da graduação, eu conheci a professora Vera Catalão (que já era uma referência para mim, pelo seu trabalho desenvolvido na Escola da Natureza) e entrei no projeto de extensão Reciclando o Cotidiano coordenado por ela. Lá eu conheci o Wesley, a Marina e o Conrado, que se tornaram meus veteranos e hoje grandes amigos.

No Reciclando, eu aprendi que a Universidade vai além das salas de aulas e das filas na Xerox, e na extensão eu aprendi também algo fundamental na minha vida profissional: que, além do lixo, existem pessoas que trabalham com o lixo e que vivem exclusivamente do que ninguém quer mais. Isso foi algo tão profundo e tão marcante que definiu todo o meu foco de trabalho na graduação e resultou neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Com tantas atividades na Universidade (aulas, projetos e pesquisa), me inseri nos programas de assistência estudantil, pleiteando uma bolsa permanência e uma vaga na Casa do Estudante Universitário (CEU). Com isso, minha vida de universitária tinha garantido os subsídios necessários para seguir em frente e apostar nos estudos. Tenho muito clara a essencialidade desses subsídios para recuperar conhecimentos que eu não tive oportunidade de ter em outros momentos, como acesso a literaturas, estudo de línguas estrangeiras, viagens para estados e países.

1.4 Território Plano Piloto

O terceiro território em que eu vivi, e que colabora constantemente na formação da minha identidade (um tanto mais burguesa), é o Plano, pois viver no Plano Piloto é algo realmente considerável na vida de uma ceilandense. São vários conflitos e várias angústias que provocam e que me fazem ter fascínio e repulsa de viver aqui. Pode-se dizer que com o tempo fica mais fácil, mas que não dá para esquecer a diferença que há e os muros gigantes que essa cidade impõe. Viver no Plano foi consequência da CEU, e depois, com a reforma, tive que me mudar para apartamentos alugados e viver toda aquela pressão do mercado imobiliário e toda aquela relação esquizofrênica com os vizinhos.

Na minha relação com a UnB, posso afirmar: aquilo que eu mais saboreei foram as viagens que pude realizar, sempre com o auxílio-passagem. A primeira viagem internacional que fiz foi para Cuba em 2010, para apresentar um trabalho sobre Permacultura do Fabrício e com as colaborações minhas. A viagem foi incrível, me fez refletir e realizar severas críticas aos Estados Unidos e ao próprio regime cubano. Minha decepção girava em torno do uso de duas moedas com valores discrepantes no mesmo território e do acesso que os estrangeiros têm a bens de consumo capitalista na ilha socialista. Não por serem bens de consumo e sim por serem privados do acesso dos próprios cubanos e terem sua razão justificada para manter o padrão de acesso dos estrangeiros e eles “não estranharem” viver na ilha cubana. Assim sendo, os americanos, europeus e quaisquer outros menos os cubanos, tem condições de ter o rum, as mulheres, mais a coca-cola, os campos milionários de golfe, iates, ilhas privadas e qualquer outra coisa que se possa pagar em CUC (peso convertido cubano). Enfim, Cuba dá um nó nas nossas cabeças e nas nossas reflexões: em que medida outro sistema é possível?

Minha relação com os catadores como pesquisadora começou em 2010 quando participei como monitora/pesquisadora do projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária - IRES/DF, fomentado pela Fundação Banco do Brasil e coordenado pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico CDT/UnB. Foi lá que passei do lixo ao sujeito, ou seja, passei do discurso da sustentabilidade focada no *EKOS* para o discurso focado no *HOMOS*. Foi uma experiência marcante, porque nos colocavam - estudantes da UnB - dentro dos lixões e das associações para viver junto a eles. Foi uma experiência incrível de extensão e pesquisa e, desde esse momento, eu nunca mais trabalhei com outra coisa que não fosse relacionado a ele.

Durante o projeto, tive a oportunidade de produzir o meu primeiro documentário, chamado Doc. IRES, que conta a experiência do projeto por meio de uma crítica à estrutura de extensão universitária e, ao mesmo tempo, mostra os avanços que tivemos ao buscar romper a dicotomia mundo *versus* universidade.

O documentário está disponível em 03 partes nos seguintes endereços eletrônicos:

Parte I: <<http://www.youtube.com/watch?v=keHuqYS8yHI>>

Parte II: <<http://www.youtube.com/watch?v=P8eeXb0kMwc>>

Parte III: <<http://www.youtube.com/watch?v=3lDiL2SNxGs>>

Em seguida, em 2012, fui contemplada com uma bolsa do programa Santander Universidades e morei um semestre nas terras do Mujica, em Montevideu, Uruguai. Um país

hermoso e com uma qualidade de ensino espetacular. Teria muito para contar sobre esse momento em especial, porém vou destacar dois aspectos: o primeiro tem relação com o momento político que o país estava enfrentando e eu, como socióloga por vocação, acompanhei entusiasmada o debate em torno da liberação da *marihuana* e do aborto. Considero um avanço não só para o país, mas para todo o continente latinoamericano.

O segundo aspecto tem relação com a diferença da estrutura do ensino básico e superior no Uruguai. A duras penas passei pelas disciplinas mais elementares da carreira de *Ciencia de la Educación*. E, tal como o nome diz, não se trata da pedagogia instrumental e generalista como possuímos no Brasil, e sim de uma carreira que prepara cientistas da educação. Lá magistério (pedagogia) é uma carreira de quatro anos direcionada ao ensino básico e ensino especial, ao passo que a Ciência da Educação é uma fundamentação teórica e crítica em torno dos processos educacionais. Quem se forma nesta carreira está apto a trabalhar na gestão escolar, em instituições de ensino públicas e privadas, no planejamento e avaliação do ensino, na criação de programas, currículo e nas políticas públicas. O perfil dos estudantes desse curso são pessoas com mais de 30 anos, que já possuem uma ou mais graduações e que estão envolvidas com o meio docente.

O retorno para o Brasil foi novamente um processo de adaptação. Agora não estava mais vivendo com os meus colegas da CEU nem dividindo uma pequena kit. Quando voltei, ocupei a vaga de uma amiga que largou a UnB para viver como artista de rua. No apartamento em que ela vivia eu passei a morar com dois advogados e uma cientista política, militantes dos Direitos Humanos e de Gênero. Sobre isso, posso dizer que são as lavadas de louças mais politizadas que já tive. Viver com eles me proporciona ver um mundo de forma muito madura e muito política.

A minha volta ao país também me permitiu voltar a ter contato com os catadores. Por meio do projeto de iniciação científica sobre os catadores que apresentei em 2012 e pela minha participação no projeto de extensão intitulado Assessoria Jurídica Popular Roberto Lyra Filho (AJUP), coordenado pelo professor José Geraldo de Sousa Junior.

Vale ressaltar que a minha relação com os catadores se inicia ainda na infância, pois a rua em que cresci era no fim das quadras de Ceilândia, em frente à chamada Vila dos Carroceiros, uma ocupação de catadores. Por consequência, também era em frente a uma área de transbordo e estava localizada a uma quadra da Usina de Tratamento de Resíduos Urbanos de Ceilândia. Ou seja, os catadores e seu universo são familiares a mim. Era do “despejo” que

meus irmãos e eu retirávamos a madeira e as peças para construir o carrinho de rolimã e as casinhas nas árvores ou era onde conseguíamos madeira para a fogueira.

A relação da minha trajetória com o meu campo de pesquisa só foi se tornando mais clara com o tempo e com o resgate das minhas memórias. Por fim, desde que entrei na universidade estou envolvida com esse tema, seja pelo viés da gestão, da sustentabilidade, da educação ou da militância. É a natureza e a complexidade desse assunto que me move como pesquisadora e como militante. E é dessas relações que se estabelecem em meio a diversos conflitos e paradigmas que eu quero seguir penetrando após a minha graduação, no âmbito do mestrado e doutorado.

2. Parte II – Monografia

2.1 Introdução

Ao longo da última década, é possível perceber que catadores e catadoras, por meio de sua organização e conscientização dos seus direitos, vêm conquistando um espaço cada vez maior e ganhando visibilidade na sociedade, na mídia, nas empresas, no governo, dentre outros espaços. Também é possível notar os avanços nas políticas públicas promovidas pelo Estado e a distribuição, nunca vista antes, de recursos públicos para o fomento de ações de estruturação e aperfeiçoamento da cadeia de resíduos sólidos.

No bojo de rápidas transformações envolvendo a inclusão socioeconômica dos catadores, o que chama atenção é o crescente número de cursos de capacitação oferecidos para este público nos últimos anos. Atualmente, no Distrito Federal (DF) há um contingente significativo de entidades – composto por fundações, governos, universidade, ONGs, movimentos, igrejas, dentre outros – que se ocupam em diminuir o déficit de conhecimentos técnicos e políticos para a área de coleta e classificação de resíduos, oferecendo cursos de curta e média duração a catadores e lideranças. Ficando a critério desses grupos a orientação político-pedagógica dos projetos, a escolha dos conteúdos a serem abordados, os métodos e até mesmo as ideologias.

Em meio a esse cenário, esta pesquisa abordou a formação de catadores a partir das falas dos sujeitos envolvidos – catadores, dirigentes e assessores técnicos – buscando apresentar suas contribuições e críticas em relação à estrutura e ao modelo de formação oferecido.

Dessa forma, o objetivo geral consistiu em analisar as percepções envolvendo a formação técnica e política em torno da prática do trabalho realizado pelos catadores, como objetivos específicos têm-se:

- Analisar o contexto socioeconômico no qual emerge a prática do trabalho realizado pelos catadores;
- Analisar o processo de formação a partir dos marcos regulatórios;
- Analisar a identidade sócio-ocupacional nos empreendimentos coletivos.

Para essa abordagem, foram utilizadas técnicas oriundas da metodologia de análise de conteúdo, estruturando as falas em categorias ou grupos semânticos. Foram aplicadas entrevistas, entre 2011 e 2012, a catadores, dirigentes e técnicos ligados a Central de Cooperativa de Catadores do Distrito Federal e Entorno (CENTCOOP). Por meio de entrevista semiestruturada, foram indagados, aos três grupos, temas como: identidade, formação e avaliação. As variáveis decorrentes das entrevistas foram organizadas em grupos de respostas dos catadores e dirigentes, enquanto que as falas dos assessores foram compondo alguns argumentos.

É possível perceber que os primeiros capítulos buscam traçar um panorama em torno da prática do trabalho e do cenário atual das associações e cooperativas do DF. Outro esforço foi apresentar a dimensão dos espaços de formação pedagógica e a variedade de cursos direcionados aos catadores nos últimos anos, seguidos da análise do conteúdo que os catadores e os assessores técnicos apresentam em torno do tema central do trabalho.

Vale ressaltar que esse trabalho é fruto de vivências ocorridas em alguns projetos de extensão universitária² e da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PROIC)³ da Universidade de Brasília, sob a coordenação da Prof. Dr^a. Ana Tereza Reis. Como Trabalho de Conclusão de Curso, a análise já realizada é revista de forma mais qualitativa e mais crítica, apresentando novos elementos e novas leituras, com intuito de aprofundar e melhorar o debate.

3. Capítulo I

3.1 Os catadores no Brasil e as suas conquistas

No país, estima-se que cerca de um milhão de pessoas sobrevivem da classificação de materiais e que os catadores/as são responsáveis por 90% da matéria-prima que abastece a indústria recicladora, segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores de

² São eles: a Incubadora de Redes de Economia Solidária e a Assessoria Jurídica Popular (frente de trabalho/catadores).

³ Projeto de Iniciação Científica intitulado: “A percepção dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal sobre os cursos de formação profissional.”.

Materiais Recicláveis (MNCR). Esta cadeia sobrevive por meio da precarização do trabalho de homens e mulheres que, excluídos⁴ do mercado formal de emprego, obtêm seu sustento por meio da coleta, seleção e venda de materiais passíveis de reciclagem. Trata-se de sujeitos oriundos de um contexto de extrema desigualdade e que por décadas foram invisibilizados, vivendo e trabalhando à margem do sistema capitalista.

Segundo a caracterização apresentada pelo Diagnóstico sobre os Catadores de Resíduos Sólidos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), lançado em 2013:

Há maior presença do sexo feminino entre os catadores organizados, a escolaridade dificilmente ultrapassa o ensino fundamental, os catadores contribuem significativamente com a renda familiar, e sua renda é obtida principalmente com a comercialização de recicláveis, atingindo menos de um salário mínimo. Entre os catadores os vínculos de trabalho são frágeis, a contribuição para o sistema previdenciário acontece na minoria das vezes e a entrada para a atividade responde à falta de outra opção. Em geral, o catador tem experiência de trabalho anterior à catação, mas não necessariamente alcançava renda mais alta. Os mais antigos não desejam trocar de ocupação e a maioria reconhece a importância da atividade para o meio ambiente e a sociedade; a proximidade do local de trabalho também reforça a escolha da atividade de catação. (IPEA, 2012, p. 22)

Hoje, é inegável a importância do trabalho prestado, assim como também é visível que os catadores/as⁵, ao longo da última década, tornaram-se alvo de políticas públicas e estão, cada vez mais, despertando o interesse das mídias, das empresas e da sociedade em geral. Cabe observar que os avanços permeiam diversos campos, no entanto a origem dessa conquista é fruto da organização política da categoria.

Desde os anos de 1990, vêm ocorrendo manifestações em todo país em torno do reconhecimento da prática do trabalho e do direito de permanecerem na triagem e venda dos materiais, isto porque, durante essa década, o lixo ganhou maior dimensão e passou a fazer parte, com maior ênfase, da cadeia de *commodities*⁶, compondo mercado internacional e despertando o interesse de empresas e prefeituras. Ou seja, aquilo que não tinha valor passa a ter valor e o que não era de ninguém vira alvo de disputa.

Como exemplos significativos de luta, a formação da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) no Estado de São Paulo em 1989, e da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Outros

⁴ Levando em consideração que exclusão do mercado formal de trabalho implica em estar à margem do sistema capitalista e, em uma análise mais profunda, significa limitar a liberdade, uma vez que não permite o acesso e a aquisição de bens e serviços.

⁵ Usamos a terminologia “catadores/as” com o intento de adequação à questão de gênero, uma vez que a quantidade e qualidade do trabalho prestado por mulheres nos empreendimentos coletivos de catadores é significativo.

⁶ O material reciclável é vendido como matéria-prima. Papel, plástico, metais e outros são comercializados no mercado internacional com preço regulado.

(ASMARE) em 1990, com centenas de catadores/as de rua em Belo Horizonte-MG, representou um avanço em relação à possibilidade de criar estratégias de inclusão por meio da organização do trabalho cooperativo. A criação da ASMARE e da COOPAMARE também evidenciou o trabalho desenvolvido pelas igrejas católicas, sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais de Rua, que, ora com uma perspectiva assistencialista, ora libertadora, contribuíram significativamente para esse processo (KEMP, 2008, p.35)



Figura 1 - I Congresso Nacional de Catadores em Brasília.
Fonte: Acervo do MNCR, 2011.

Outro momento importante foi o Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte-MG, em 1999. Organizado por catadores/as e entidades apoiadoras, marcou o surgimento da necessidade de uma articulação nacional e deste encontro surgiu a proposta de criação do Movimento Nacional Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), concretizado, em julho de 2001, durante o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília-DF. Este, por sua vez, contou com a participação de 1.700 catadores e teve como um marco importante, o lançamento da Carta de Brasília⁷. No ano de 2003, aconteceu o I Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis⁸, em Caxias do Sul-RS, que reuniu catadores/as de diversos países da América Latina e lançou a Carta de Caxias, visando unificar a luta entre os países latinoamericanos em

⁷ A Carta de Brasília é um importante documento que apontou para o poder público a proposta de anteprojeto
FALTA TEXTO AQUI!

⁸ O evento fomentou o surgimento da Rede Latinoamericana de Recicladores (RED LACRE). Uma organização representativa que integra os movimentos de catadores dos países do continente latinoamericano. Hoje está formada por 16 países e seu principal objetivo é promover o diálogo internacional e a troca de experiências com o intuito de buscar melhorias nas condições laborais dos recicladores de base.

torno da questão (MNCR, 2009).

Desde a sua criação, o MNCR passou a ocupar os principais espaços políticos. Sua organização se dá de forma descentralizada. Cada região integrante do movimento indica dois representantes regionais e dois estaduais, compondo assim o comitê nacional. O MNCR também conta com uma comissão de articulação nacional, cujo papel é facilitar a integração entre as regiões. Dentre as principais frentes de atuação, está a denúncia da precariedade das condições de trabalho e as reações à privatização e a lógica mercantil presente nos sistemas de gerenciamento de Gestão de Resíduos Sólidos (WIRTH, 2012). Embora sua criação seja recente, é possível estudar o MNCR desde a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Dentre as conquistas envolvendo a legitimação do trabalho, destacam-se o reconhecimento como categoria profissional, incluída, em 2002, no Código Brasileiro de Ocupações⁹ (CBO) e a constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores (CIISC), em 2003, durante o governo Lula¹⁰. Destacam-se também a inclusão no texto final da então Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) e o lançamento do Programa CATAFORTE (2009-2014), com as etapas I, II e III, que destinam milhões¹¹ para a qualificação técnica, logística, infraestrutura e construção de redes de comercialização.



⁹ Sob o código 5192, a atividade foi descrita como: “Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (CBO, 2002).

¹⁰ Composto pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério das Cidades (MCidades) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), além do BNDES, FBB, Petrobras, Caixa Econômica e Movimento Nacional de Catadores (MNCR).

¹¹ O programa teve o seu orçamento ampliado de R\$ 25,6 milhões para R\$ 200,0 milhões no ano de 2013.

Figura 2 - Lançamento da terceira etapa do programa Cataforte III. 2013.
Fonte: Acervo MNCR.

Quanto aos avanços em torno da organização da prática do trabalho no âmbito do Movimento, podemos citar a criação do Programa de Formação do MNCR, em 2005, com o lançamento dos Cadernos I e II, que inaugura a busca pela autonomia da própria organização e a construção da sua pedagogia. Em relação a este material, vale destacar um trecho da carta de apresentação que explicita a sua proposta da seguinte forma:

A intenção aqui é de oferecer elementos que suscitem a análise, a participação, a discussão e a comunicação em torno da luta, da resistência e dos projetos coletivos desses trabalhadores.

É importante ressaltar que esta é uma proposta inacabada que deve ser construída coletivamente, considerando os diferentes olhares e práticas vivenciadas pelos catadores e catadoras nas diversas regiões do país. (MNCR, 2005, p.01)

Em relação ao quadro de formação de catadores/as, há alguns estudos realizados no Brasil, como o importante diagnóstico feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que traçou o perfil socioeducacional da população de catadores/as organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho da região Sul. A conclusão dos pesquisadores quanto às políticas públicas voltadas à educação dos catadores/as é sintetizada no seguinte parágrafo:

Assinalamos que à elaboração de políticas educativas impõe-se a articulação de medidas em outros campos. As condições materiais (incluindo as insatisfatórias situações de trabalho na reciclagem) e os pertencimentos que vêm perpassando a transitoriedade para recicladores demandam atenção especial. Trata-se de formular medidas educativas de acompanhamento de ações efetivas que ampliem ganhos e salubridade no trabalho, além de viabilizarem o cuidado dos filhos, ampliando as chances de permanência na reciclagem e a qualidade de vida dessas pessoas.

Sem investimento vultoso de recursos nas instalações e equipamentos de labuta, assim como na regulação do mercado e da cadeia produtiva da reciclagem, torna-se difícil reverter o quadro de exploração dos recicladores, motivo para evasão destes trabalhadores e fragilização de possíveis políticas educacionais. Isso significa reconhecer, porém, que se faz necessário um posicionamento sociopolítico quanto à permanência desses sujeitos no ramo, evitando a simples privatização de serviços essenciais ao convívio público nas cidades (IPEA, 2012, p. 21-22).

3.2. Construção do Sujeito Catador no Distrito Federal

Desde o início da construção de Brasília, na década de 1960, o Distrito Federal (DF) teve sua política de ocupação voltada para cargos públicos e de serviços básicos,

deixando um contingente de trabalhadores/as em situação de desemprego¹². É importante ressaltar que, mesmo antes de sua inauguração, a cidade de Brasília já contava com periferias e, após o término de sua construção, foram poucos os trabalhadores que voltaram para suas cidades de origem. Os que permaneceram, por sua vez, construíram pequenas vilas e se inseriram em atividades laborais geradoras de renda, como pequenos comércios, agricultura, etc.

À medida que a cidade foi crescendo e aumentando seu contingente de resíduos descartados, a separação e venda de materiais recicláveis também foi se mostrando como uma das possibilidades de geração de renda. Esse processo se manifestou também em outras regiões brasileiras, como aponta Milanez (2010):

O excedente de mão de obra pouco qualificada nas áreas urbanas serviu de base para a construção de setor da reciclagem no Brasil. Por estes trabalhadores sujeitarem-se a baixos pagamentos, eles tornaram possível às indústrias obterem materiais recicláveis a baixo custo. (IPEA, 2010, p.520)

Este cenário, somado à ausência de políticas públicas de gestão de resíduos e às frequentes crises econômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas, estimulou o crescimento da atividade de coleta e venda de materiais recicláveis. São famílias inteiras que vivem e trabalham em condições sub-humanas e em processos aviltantes de exploração de sua mão de obra. E como agravante a essa situação Bosi afirma que:

Devido à informalidade dos catadores, o preço doméstico da sucata pode ser sempre ajustado de acordo com a variação de preço das *commodities* e das sucatas no mercado internacional, dando às indústrias a flexibilidade necessária para optar entre sucatas domésticas, sucatas importadas ou matéria-prima virgem. (BOSI, *apud* MILANEZ, IPEA, 2010, p. 520)

Em consequência, os catadores/as ficam constantemente vulneráveis às constantes crises econômicas. Segundo os dados coletados durante o trabalho de campo, os catadores/as no DF estão distribuídos por todos os espaços de descarte dos resíduos. Estão nas ruas coletando o material em carrinhos improvisados, nos contêineres de prédios e bairros residenciais, nas áreas de transbordo do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e no Lixão da Estrutural, localizado na cidade Estrutural-DF, que, mesmo sem comportar nenhum dos critérios de aterro sanitário, é conhecido como Lixão Controlado¹³.

¹² Recomenda-se ver o documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra”, dirigido por Vladimir Carvalho em 1992.

¹³ Lixão controlado é caracterizado pela restrição de alguns resíduos, como o hospitalar, que possui horários de funcionamento e algum tipo de controle de chorume. Costuma também ser conhecido com fase intermediária entre o lixão e o aterro sanitário.

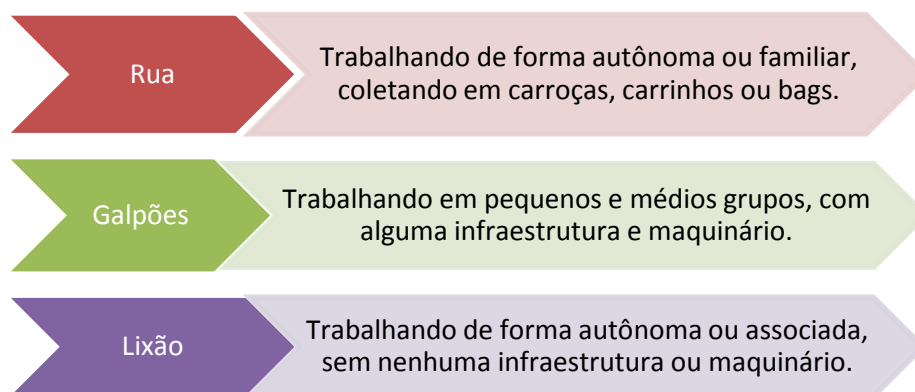


Gráfico 1 - Os três principais territórios ocupados pelos catadores/as.
Fonte: Própria pesquisa de campo, 2013.

No DF, os dados referentes ao processamento de resíduos sólidos e dados relativos ao quantitativo de catadores/as existentes são escassos. Com a recriação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), em 2011, no entanto, um diagnóstico foi realizado revelando os seguintes dados:

Em torno de 2.500 toneladas de resíduos domiciliares são aterradas todos os dias no Lixão da Estrutural, ou seja, quase 98% do que foi gerado. Somente em torno de 2% dos resíduos gerados no DF são encaminhados para reciclagem, graças, quase que exclusivamente, ao trabalho dos catadores. Entre os problemas existentes, estão ainda os causados pelos resíduos da construção civil, que assumem destaque pela expressiva quantidade gerada diariamente no DF, em torno de 6.000 toneladas, que também são encaminhadas para o Lixão da Estrutural. (BNDES, 2013¹⁴, p.6)

Em relação ao DF, o projeto da Fundação Banco do Brasil¹⁵ diz que o número estimado gira em torno de 3.500 catadores/as e, indiretamente, são cerca de 10 mil trabalhadores envolvidos na cadeia da reciclagem, organizada em distintos níveis:

¹⁴ Extraído do documento Roteiro de Informações para Consulta Prévia no Fundo Social - Solicitação de Apoio ao Programa de Inclusão Social dos Catadores de Recicláveis e Coleta Seletiva no Distrito Federal (BNDES, 2013).

¹⁵ Intitulado “Fortalecimento do associativismo e do cooperativismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis: formação para a autogestão e assistência técnica aos empreendimentos solidários do DF”, em 2010.



Gráfico 2 - Os três principais territórios ocupados pelos catadores.
Fonte: CEMPRE, 2004.

No plano das políticas públicas distritais, a primeira conquista da mobilização dos/das catadores/as no DF se deu em 1990 com o surgimento do primeiro projeto piloto de coleta seletiva com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEMATEC) e do Serviço de Limpeza Urbana do GDF (SLU), na região administrativa de Brazlândia-DF em parceria com a ACOBRAZ (Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia). O programa consistia em um sistema de coleta seletiva porta a porta e a construção da primeira Unidade Experimental de Compostagem e Reciclagem para o tratamento das frações secas e úmidas. O sistema, dotado de gestão integrada dos resíduos sólidos, chegou a ser muito eficiente em certas regiões.

Nos anos posteriores, houve a extensão da iniciativa para outras regiões do Distrito Federal, com a criação de uma Usina de Tratamento de Lixo (UTL) e uma Central de Coleta Seletiva (CCS). Em 1999, entretanto, esse sistema foi desativado, desarticulando as usinas de tratamento de lixo devido à ausência de investimentos para a continuação do programa. Paralelamente, o Aterro do Jóquei Clube - na realidade, o Lixão da Cidade Estrutural - crescia rapidamente, recebendo de forma contínua mais volumes de resíduos produzidos pela população brasiliense. Segundo a SEMARH¹⁶, atualmente o GDF conta com apenas 3 equipamentos operando para realizar o tratamento e destinação final de seus resíduos:

1. Lixão da Estrutural;
2. Usina da L4 Sul (compostagem/“triagem” para coleta seletiva);
3. Usina do P. Sul/ Ceilândia-DF (compostagem/“triagem” para coleta seletiva).

¹⁶ Extraído do documento Roteiro de Informações para Consulta Prévia no Fundo Social intitulada “Solicitação de Apoio ao Programa de Inclusão Social dos Catadores de Recicláveis e Coleta Seletiva no Distrito Federal” (BNDES, 2013).

Em razão da proximidade com a sede dos governos distrital e federal, essa área tornou-se alvo de grande especulação imobiliária, com inúmeras tentativas de remoção das famílias que lá residem e planos de fechamento do lixão. É um fato que não se pode perder de vista ao analisar, criticamente, os tipos de políticas públicas previstas e as tecnologias sociais relacionadas para serem implementadas na região.



Figura 3 - Foto da Estrutural.
Fonte: UOL Notícias, 2012.

Hoje, o DF conta com 28 cooperativas e associações¹⁷ e, destas, 22 fazem parte da Central de Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do DF (CENTCOOP/DF)¹⁸. A ideia da construção de uma Central nasceu em 2011 nas reuniões do Fórum Lixo e Cidadania e se consolidou em 2006, com a participação de quatro grupos¹⁹. Desde o início, os processos de formação contaram com o apoio da Fundação Banco do Brasil, da Universidade de Brasília e do Ministério de Desenvolvimento Social, entre outros órgãos.

A CENTCOOP é uma cooperativa de segundo grau, que atua como catalisadora de fomento para os projetos e empreendimentos que a congregam, com foco no desenvolvimento de atividades que buscam a estruturação do espaço físico de trabalho e a formação técnica e política dos associados. Em última instância, a Central será uma alternativa à venda do material para os atravessadores, sendo ela a intermediadora entre as

¹⁷ Vale mencionar que existem diferenças entre cooperativas e associações. São essas distinções que oferecem finalidade à prática de cada empreendimento. É importante ressaltar que vários grupos, conforme vão se organizando, passam de associação à cooperativa. Esse é um dos indicadores usados para perceber o nível de organização e maturidade do empreendimento.

¹⁸ Ver lista completa de cooperativas participantes em: www.centcoop.org.br

¹⁹ Esse termo é amplamente usado nos documentos secundários para tratar de grupos de cooperativas e associações.

cooperativas que a compõem (Quadro 1 abaixo) e a indústria recicladora, atuando no formato de redes de comercialização.

	NOME	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	ACOBRAZ – Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia	Brazlândia - DF	Instalações GDF/SLU
2	ACOPLANO – Associação dos Catadores de Papéis do Plano Piloto	DL Norte Brasília	Instalações GDF/SLU - atua a céu aberto no DL Norte
3	AGEPLAN – Associação dos Agentes Ecológicos da Vila Planalto	Vila Planalto - DF	Sem instalações
4	AMBIENTE – Associação dos Ambientalistas da Vila Estrutural – DF	Estrutural - DF	Sem instalações
5	APCORB – Associação Pré Cooperativista de Catadores de Resíduos Sólidos de Brasília	Via L4 Sul - DF	Instalações GDF/SLU
6	APCORC – Associação Pré Cooperativista da Ceilândia	Ceilândia - DF	Instalações GDF/SLU
7	ASTRADASM – Associação dos Trabalhadores, dos Recicladores, Desenvolvimento Agrícola de Santa Maria	Santa Maria - DF	Sem instalações
8	CATAGUAR – Associação dos Catadores do Guará	Ceilândia - DF	Instalações do GDF/SLU - atua em condições muito precárias na UCTL
9	CONSTRUIR –	Estrutural - DF	-
10	COOPATIVA – Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de produtos recicláveis com formação e educação ambiental	Setor de Inflamáveis - DF	Instalações próprias
11	COOPERE – Cooperativa Coopere	Estrutural - DF	Sem instalações
12	COOPERFENIX – Cooperativa de Coleta Seletiva Reciclável com Formação de Educação Ambiental	Gama - DF	Sem instalações
13	COOPERNOES – Cooperativa de Materiais Recicláveis Nova Esperança	Estrutural - DF	Sem instalações
14	COORACE – Cooperativa de Reciclagem Ambiental da Cidade Estrutural	Vila Estrutural - DF	Sem instalações
15	CORTRAP – Cooperativa de Produtores e Trabalho de Reciclagem	Vila Estrutural - DF	Instalações próprias
16	FUNDAMENTAL – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis com Formação em Educação Ambiental	Planaltina - DF	Sem instalações
17	PLANALTO COOPERATIVA – Planalto Cooperativa Ambiental	Sobradinho - DF	Instalações GDF/SLU - atua a céu aberto no DL de Sobradinho
18	PLASFERRO – Cooperativa de Reciclagem Ambiental	Estrutural DF	Sem instalações
19	RECICLA BRASÍLIA – Associação dos Catadores de materiais recicláveis do DF	DL Norte Brasília - DF	Instalações do GDF/SLU - atua a céu aberto no DL Norte
20	RECICLO – Cooperativa de coleta seletiva de materiais recicláveis e resíduos sólidos do DF	Pistão Sul - DF	Sem instalações
21	SUPERAÇÃO – Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do Recanto das Emas	Recanto das Emas - DF	Sem instalações
22	VIDA NOVA	Guará - DF	Sem instalações

Quadro 1 - Relação das Organizações do DF que compõem a CENTCOOP.

Fonte: Relação cedida pela CENTCOOP segundo SEMARH 2012 extraída da Carta Minuta do BNDES, 2013.

4. Capítulo II

4.1 O Marco Jurídico, Político e Tecnológico em torno das tensões envolvendo a cadeia de materiais recicláveis e os/as catadores/as.

4.1.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, regulamentada pelo decreto nº 7.404/10, fomenta o debate acerca do devido tratamento que deve ser dispensado aos resíduos sólidos: promover a reciclagem de materiais; realizar o trabalho de compostagem de materiais orgânicos que poderão ser destinados à produção de adubos e dar o devido tratamento aos rejeitos, a partir de aterros sanitários que sigam os padrões ambientais exigidos.

A PNRS integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental e com marcos jurídicos em torno dos recursos hídricos, da saúde, da Lei Federal de Saneamento Básico, Lei de Consórcios Públicos, além de políticas urbana, industrial, tecnológica e de comércio exterior, bem como as que promovem a inclusão social. Sendo assim, ela não pode ser vista isoladamente, mas sim como integrante de uma série de medidas legais que regulam e que impulsionam novas práticas.

No que corresponde ao incentivo para a inclusão de catadores/as, a PNRS possui uma série de dispositivos que favorecem e estimulam as cooperativas e associações formadas exclusivamente por catadores/as de materiais recicláveis ou reutilizáveis. Podemos dizer que, comparando com leis similares existentes em outras regiões do mundo, a lei brasileira integra, de forma obrigatória, as chamadas inovações de impacto social na gestão dos resíduos sólidos. A PNRS, por exemplo, apresenta como um dos principais objetivos “a integração dos catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010, Art. 7º, XII), promovendo, a partir disso, o incentivo à “criação e o desenvolvimento de cooperativas de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010, Art. 8º, III).

Para que tais medidas se concretizem, a lei traz, entre suas prioridades, a “implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010, Art. 42, III) e a “estruturação de sistemas de coleta seletiva e logística reversa” (BRASIL, 2010, Art. 42, V). Há, portanto, a previsão legal de que o poder público deve atuar no que se refere ao tratamento de resíduos sólidos, no sentido de estruturar uma cadeia que contemple a coleta seletiva e a garantia da preferência dada às cooperativas e associações de catadores/as.

Outro aspecto importante da Lei é que tem relação com as organizações de catadores/as é a imposição do fechamento de todos os lixões a céu aberto existentes no Brasil até o final de 2014, sendo substituídos por aterros sanitários. Essa determinação legal traz uma série de desafios ao movimento dos catadores/as, pois a realidade atual do trabalho insalubre, perigoso, precário e mal pago terá que sofrer profundas alterações, que demandam, por parte do Estado, uma série de políticas públicas efetivas para a geração de renda e a inclusão social dos catadores/as.

Estas mudanças causarão impacto, sobretudo, na infraestrutura e na gestão dos empreendimentos solidários. Com o fechamento dos lixões, centenas de catadores/as autônomos e associados perdem o seu lugar de trabalho e passam a ter que reconstruir a prática do trabalho em outro local. Trata-se de um processo de reestruturação e readaptação que, ora possui, ora não, o apoio do Estado ou das prefeituras. Neste aspecto, a tensão é gerada em torno do espaço, então fica a questão dos catadores/as: para onde nós vamos? Ou, do ponto de vista dos prefeitos: onde eu coloco esse tanto de catadores?

A Lei desafia os estados a repensarem a dinâmica dos seus resíduos sólidos, sentando-se à mesa para dialogar com os catadores/as, escutando e atendendo uma série de demandas que antes eram invisibilizadas. Não existe mais o jogar em qualquer lugar ou transportar os resíduos e depositar em uma montanha de lixo a quilômetros de distância do poder público. Os estados e o Distrito Federal foram obrigados a construir, até 2012, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com alcance de 20 anos, sendo revisados a cada 4 anos, contemplando no mínimo as etapas de: diagnóstico, proposição de cenários, metas para redução de rejeitos, programas, projetos e ações. A elaboração do plano foi condição para continuarem a ter acesso aos recursos da União.

Até o presente momento, a criação dos planos não mudou de fato o cenário da reciclagem no Brasil, porém possibilitou que os organismos de estado se aproximassem da

questão e impulsionou uma série de medidas. No DF, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), junto com o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do DF (CIISC), organizou uma série de medidas relacionadas com o trabalho desenvolvido no Lixão da Estrutural e com o encerramento dele por meio do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis. Dentre as ações podemos citar: o I-catador, espaço criado para informar a categoria a respeito das ações previstas para o fechamento do Lixão da Estrutural e a inclusão social e econômica; o Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil no Lixão, que insere as crianças em atividades que não sejam o trabalho, como atividades de lazer; e a promoção da segurança alimentar para catadores/as, por meio do fornecimento do café da manhã para quem trabalha no Lixão²⁰.



Figura 4 - Espaço I-catador, Vila Estrutural-DF.
Fonte: ASCM/Casa Civil, 2013.

²⁰ Segundo reportagem disponível no: <<http://www.casacivil.df.gov.br/noticias/todas-noticias/item/3136-plano-de-inclus%C3%A3o-para-catadores-%C3%A9-finalizado.html>>. Acesso em 30/10/2013.

4.1.2 Nova lei do Cooperativismo de Trabalho e os desafios na formação dos catadores/as

As mudanças apontadas pela PNRS e pela Política de Saneamento Básico são ainda complementadas por um novo patamar no que se refere aos marcos jurídicos do cooperativismo no Brasil. É assim que, a partir da Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, foi estabelecido um regime jurídico próprio referente às cooperativas de trabalho no Brasil, afetando diretamente as cooperativas dos catadores/as de materiais recicláveis.

As cooperativas de catadores/as são certamente os maiores destinatários de tais dispositivos legais. Uma vez que PNRS incentiva o poder público a beneficiar as cooperativas formadas por trabalhadores que se dediquem exclusivamente às atividades de catação, separação e beneficiamento de materiais recicláveis ou reutilizáveis. Desta maneira, há a pretensão de que o trabalho do catador deixe de ser um mero complemento de renda exercido de forma precária para se tornar, efetivamente, um trabalho digno que garanta os direitos sociais.

A lei impõe uma série de direitos trabalhistas, tais como o previsto no artigo 7º que se refere ao piso da categoria profissional (no caso dos catadores/as, não poderá ser abaixo de um salário mínimo); duração do trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, repouso semanal remunerado, preferencialmente, aos domingos; repouso anual remunerado; retirada para trabalho noturno superior à do diurno; adicional sobre retirada para as atividades insalubres ou perigosas e seguro de acidente de trabalho. Isso torna a lei paradoxal porque, assim como garante uma série de direitos, transfere para as cooperativas populares as responsabilidades de empresas capitalistas.

Mesmo com a criação do Programa Nacional de apoio às cooperativas de Trabalho PRONACOP no art. 19, o MNCR se posiciona contrariamente à lei e argumenta que a regulação não leva em conta a realidade das cooperativas de catadores/as, sendo que tal medida coíbe a formação de novas cooperativas porque torna o funcionamento mais oneroso e tira das cooperativas a liberdade de decidir coletivamente sobre os itens impostos no artigo 7º, em assembleia, ferindo assim os valores e princípios cooperativistas, além de responder à infração com o encerramento do empreendimento.

Assim, mais que uma atuação de fiscalização rígida, cabe ao poder público incentivar as cooperativas de catadores/as a partir deste reconhecimento e da remuneração

justa e digna, garantindo e respeitando a autonomia delas. O que se observa atualmente, contudo, é que, em virtude da precariedade do trabalho desenvolvido pelos catadores/as, a organização das cooperativas e o respeito aos preceitos cooperativistas são aspectos também precários.

Sabe-se que o desafio que impõe a lei na adequação da legislação trabalhista passa por uma série de mudanças da concepção do trabalho e da organização interna dos catadores/as, ou seja, também se constitui como um desafio pedagógico. Por conseguinte, a dimensão da formação passa a ter maior ênfase para assimilação dos conceitos e organização da prática laboral, inclusive para possibilitar o posicionamento consciente em torno das mudanças no mundo do trabalho. É dizer que o processo de transição e adequação dos direitos trabalhistas das empresas capitalistas, para as cooperativas populares, terá primeiro que enfrentar a lacuna que existe na prática da autogestão e no efetivo funcionamento das cooperativas de catadores/as que, mesmo com avanços, ainda operam de forma precária, em todos os sentidos.

Exemplos relacionados à compreensão da adequação dos preceitos cooperativistas são encontrados nos esforços da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) por meio do Programa Pró-catador²¹ e na gama de cursos que tem a Economia Solidária como eixo norteador do processo formativo.

4.1.3 Centros Tecnológicos de Triagem: desafios na adequação sociotécnica

O desenho de política pública que mais se adequa à legislação atual e aos interesses dos catadores/as de materiais recicláveis é aquele que garante a coleta seletiva integral no Distrito Federal e destina todo material reciclável ou reutilizável para as cooperativas dos catadores/as, que estão se estruturando, neste momento, a partir da concessão de três áreas do governo federal, sob regime de concessão de uso por 20 anos, prorrogáveis, de forma ininterrupta, e o investimento a fundo perdido de cerca de R\$40 milhões pelo BNDES, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego, com contrapartida do GDF, para a construção de galpões

²¹ Programa de articulação da SENAES e da UNITRABALHO que visa promover a integração/articulação dos projetos de fomento envolvendo os catadores.

e a aquisição de equipamentos que permitam a ampliação da escala de produção e favoreçam a geração de renda por parte das cooperativas de catadores/as no DF.

Como alternativa à Parceria Público Privada (PPP), há uma proposta apresentada pela Promotoria do Meio Ambiente do Distrito Federal que se inicia com a construção de galpões, também denominados centros de triagem, para substituir os lixões, locais para onde seriam enviadas as frações secas do lixo. O objetivo desta nova proposta se pauta na minimização do volume de rejeitos para disposição final, maximizando a triagem, a reutilização e a reciclagem segundo uma perspectiva ecológica e de inclusão dos catadores/as no processo de manejo do lixo no DF. O projeto prevê ao todo 12 galpões, também denominados centros de triagem, 4 usinas de tratamento/compostagem e um aterro sanitário. Cada centro será capaz de realizar a triagem de 30 toneladas por dia de resíduos, gerando trabalho e renda para até 2.160 catadores/as²².

Neste processo, a coleta seletiva porta a porta, do lixo já separado pelos moradores em frações orgânicas e frações secas, estará implantada em todo o Distrito Federal, eliminando assim o processo de catação. Aos catadores/as caberá a função de separar os materiais recicláveis nesses galpões construídos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em terras do SLU e em parceria com a CENTCOOP, com repasses da União. O SLU será encarregado da contratação de empresas para transportar os resíduos sólidos para os galpões e para o descarte do material orgânico no aterro. O uso dos galpões pelas cooperativas estará condicionado à adequação de seus estatutos à Nova Lei de Cooperativas, sendo a remuneração dos catadores/as baseada na hora trabalhada e na participação em cursos de aprimoramento profissional. Quanto à fração orgânica do lixo e aos rejeitos recolhidos pela coleta seletiva, serão destinados diretamente ao aterro sanitário a ser construído na região administrativa de Samambaia-DF.

Segundo a proposta do BNDES, as cidades do DF se organizariam em grandes áreas de acordo com o quadro abaixo:

²² Segundo o documento Solicitação de Apoio ao Programa de Inclusão Social dos Catadores de Recicláveis e Coleta Seletiva no Distrito Federal, criado pelo BNDES, 2013.

LOTES DO EDITAL DA COLETA SELETIVA / TERRENOS DA CENTCOOP			
Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
Plano Piloto/Lago Sul	Planaltina	Gama	Brazlândia
Park Way/Cruzeiro	Sobradinho I e II	Samambaia	Taguatinga
Sudoeste/Octogonal	Itapoã e Fercal	Santa Maria	Águas Claras
Candangolândia	Guará e SCIA	Recanto das Emas	Ceilândia
Núcleo Bandeirante	Estrutural e SAI	Riacho Fundo I e II	
São Sebastião	Lago Norte/Varjão	Áreas Rurais do DF	
Jardim Botânico	Paranoá		
Terreno 1	Terreno 2	Terreno 3	Terreno 4
ESTRUTURAL	SOBRADINHO	RIACHO FUNDO	A DEFINIR

Quadro 2 - Lotes do edital da coleta seletiva organizada nos terrenos da CENTCOOP.

Fonte: BNDES, 2013.

Além disso, de forma a potencializar esse trabalho, o GDF instalará um Pólo de Reciclagem em 2014. O Pólo de Reciclagem contará com áreas específicas para: 1) indústrias de transformação do resíduo reciclável em matéria-prima (insumos); 2) indústrias que utilizem material reciclado nos seus processos produtivos, incorporando-os aos produtos acabados; e 3) uma central de comercialização de materiais recicláveis operada em parceria com a CENTCOOP, de forma a possibilitar a formação e a consolidação do mercado desses materiais e uma melhor remuneração aos catadores/as.

Vale a pena enfatizar que o mesmo projeto prevê a criação de uma escola para catadores/as. Segundo o projeto, um dos motivadores dessa proposta é a necessidade de incluir os catadores/as autônomos isolados com o intuito de “torná-los aptos a trabalhar em regime de cooperativa, nos Centros de Triagem, criando uma alternativa ao trabalho na rua” (BNDES, 2013, p. 10) Ainda segundo esse projeto, a Escola de Formação terá um local específico para a profissionalização e os recursos serão oriundos da Fundação Banco do Brasil (FBB), tanto para a construção do espaço como para sua manutenção nos primeiros 24 meses. É importante ressaltar que também está prevista constituição de Conselho Deliberativo para a gestão da Escola, que, inicialmente, terá a participação do projeto e, ao final deste, da Centcoop com o apoio do GDF.

Espera-se que tal iniciativa avance de uma proposta para algo efetivo, e que, no conhecido “ajuste de recursos”, a escola não seja posta de lado diante de outras prioridades, visto que, o conjunto idealizado por esses atores exigirá dos catadores/as uma adequação

técnica incessante, pois, além de mudar a forma do exercício do trabalho, mudará também a territorialidade - elemento constitutivo na composição da identidade.

Quando se alerta para a questão da adequação, está se buscando a superação do termo como simples assimilação e propondo pensar o processo desde a perspectiva da Adequação Sócio-Técnica (AST), tal qual apresenta Dagnino (2005, p.08), na seguinte citação:

A AST pode ser entendida como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza sócio-econômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Sendo assim, exige pensar na abertura para a criação de modelos gerenciais que possam ser compreendidos, operacionalizados e, sobretudo, criados pelos sujeitos e não uma mera transferência passiva de tecnologia que não emancipa nem liberta, mas gera dependência do modelo estabelecido e reduz a autonomia do grupo.

5. Capítulo III

5.1 Formação: Do Conceito Ao Mapeamento Das Ações

Nós estamos nos qualificando em cima das políticas públicas voltadas para catadores, em cima das leis, em cima dos decretos para falar de igual para igual e lutar pelo o que é nosso. Claudete da Costa²³

De forma inicial, pode-se dizer que Formar é desenvolver a capacidade de ordenar, interpretar e julgar um conjunto de informações, usando-as de modo inteligente e responsável. A formação se constitui em um processo amplo de aquisição de habilidades para o mundo social e laboral e está dividida em graus e etapas que podem ser básicas ou

²³ Abertura da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada no dia 27/10/2013 em Brasília-DF. Disponível em: <<http://youtu.be/A7Oesrd-a04?t=4m10s>>. Acesso em: 07/11/2013.

complementares. Segundo Blas e Planells (2010, p.11):

La formación ya no puede ser concebida como una adquisición de aprendizajes fija y puntual que sirve para siempre, sino que debe constituir un proceso permanente que se renueva y se actualiza a lo largo de toda la vida profesional del individuo.

A qualificação contribui para uma formação específica, realizada em menor tempo e espaço, podendo ser entendida como uma especialização, ou seja, somada ao conjunto de saberes e conhecimentos específicos de determinada função que o profissional já possui. Nesse sentido, esse conceito também é compreendido como uma capacitação. O que vai diferenciar um termo do outro será a duração e a amplitude da formação. Alguns autores usam o termo capacitação para se referirem a um processo de aquisição de conhecimento técnico e pontual que, geralmente, ocorre de maneira mais sistêmica e em menor prazo que a qualificação. Um formato usual que a capacitação assumiu, no Brasil, é o de oficinas temáticas.

5.2 Economia Solidária e Autogestão

No contexto da formação de catadores/as, a base da formação, seja política, seja técnica, é a Economia Solidária, já que as associações e cooperativas estão estruturadas na forma de ação coletiva. Entende-se Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança, crédito, etc. – organizadas sob a forma de autogestão. A Autogestão significa, de forma geral, a organização e o controle do processo de produção pelos próprios trabalhadores associados, que decidem sobre a destinação do produto e dos resultados de suas atividades. Como enfatiza Telmo Adams (2010, p.53):

Não há assalariamento, e os trabalhadores geram, de maneira participativa e democrática, o empreendimento; trabalham coletivamente, e a remuneração se dá pelo critério do trabalho, com variações pouco significativas entre os associados; detêm ou controlam coletivamente os meios de produção (prédio/sala, máquinas/instrumentos tecnológicos, terras...), comercializam ou distribuem coletivamente seu produto (ou serviço) no “mercado solidário” (redes de troca, de “comércio justo” etc.) ou no mercado capitalista.

Tendo como princípio o trabalho coletivo e a participação ativa de todos os sujeitos, esses empreendimentos diferem de uma empresa comum, pois, mais que classificar e comercializar os materiais, os catadores/as precisam estar aptos à dinâmica do trabalho

coletivo e aptos a assumirem os postos que compõem o empreendimento, como, por exemplo: diretoria executiva, diretoria financeira, conselho fiscal, entre outros cargos²⁴.

Segundo a proposta, nas cooperativas e associações não existe a figura do patrão e a gestão é compartilhada assim como as decisões, mas, na prática, esses empreendimentos apresentam dificuldade de implementar tais prerrogativas. Por isso, consideramos que este se constitui um dos maiores desafios a serem superados pelos catadores/as, pois, diariamente, eles têm que lidar com a complexidade da organização do trabalho associado, com a adoção de conceitos de democracia e solidariedade em meio à condição precária de um sistema desigual e opressor.

5.3 Educação nos Empreendimentos Cooperativos de Catadores/as

A necessidade de formação é iminente e, sobretudo, urgente, dado o contexto de rápidas transformações, no qual, há pouco mais de uma década, muitos trabalhadores se tornaram catadores/as ou passaram de autônomos para cooperados. Sendo assim:

Ao organizar-se como empreendimento, o trabalho de catação se complexifica, passando a requerer certos saberes típicos da atividade gerencial, conforme se observa na descrição da ocupação feita pela CBO, tais como “divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho, entre outras. (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008 apud KEMP, 2008, p. 313)

Trata-se de um processo amplo e contínuo que envolve distintos ângulos, como mencionados por Kemp (2010, p.44) e sistematizados da seguinte forma:

- Educação profissional estrita que se refere ao aperfeiçoamento para a execução da tarefa, por meio de cursos, como “leis de trânsito”, “coleta seletiva”, “técnicas de segurança no trabalho”, “meio ambiente, ecossistema e reciclagem” e visita ao aterro sanitário, entre outros;
- Educação profissional ampla, relacionada ao conhecimento da “história da associação”, à introdução e ao posterior aprofundamento dos “conceitos de associativismo e cooperativismo”, à introdução e ao aprofundamento de “temas

²⁴ Orientação da lei de cooperativismo brasileira, lei nº 5.764, de 16 dezembro de 1971, seção IV.

referentes ao planejamento e administração de negócios”, entre outros;

- Educação formal, garantindo acesso a cursos de alfabetização e pós-alfabetização aos jovens e adultos, realizados pelo trabalho de pedagogas dentro da própria Associação;
- Educação política, direcionada à formação de uma consciência crítica sobre o papel social do trabalho do catador;
- Educação voltada para o aprimoramento das relações humanas no trabalho e na sociedade.

5.4 Espaços Pedagógicos de Formação

CURSOS

No formato mais amplo e sistematizado de formação, encontramos o **Curso Técnico em Reciclagem** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), *campus* Samambaia-DF, o qual visa capacitar jovens para atuar no recebimento de resíduos provenientes de organizações de catadores/as ou a partir do acesso à coleta municipal de lixo. Gerencia o manejo de resíduos urbanos, envolvendo a triagem, o enfardamento, o armazenamento e até um possível beneficiamento. O curso possui 1.393 horas, divididas em dois anos de formação, e tem como objetivo formar profissionais para desenvolver medidas sustentáveis em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional²⁵. Segundo o programa, ao concluir o curso, o egresso deverá ter condições de: produzir e gerenciar informações sobre a gestão integrada dos resíduos recicláveis como solução de baixo custo; organizar projetos de captação de recursos e desenvolvimento de novas tecnologias nas organizações de catadores/as²⁶.

²⁵ Mais informações estão disponíveis no catálogo de cursos técnicos do Ministério de Educação e Cultura, disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/et_ambiente_saude_seguranca/t_reciclagem.php>.

²⁶ Alguns aspectos interessantes são as disciplinas ofertadas pelo curso como: Educação ambiental, Economia Solidária, Gestão de custos, Centros de triagem, Especificação de equipamentos, entre outros. Esse é o curso

Dentre outros espaços de formação, entende-se que programas, projetos e eventos também se encontram nesse campo.

PROGRAMAS

O programa **BB Educar**, da Fundação Banco do Brasil (FBB), consiste na formação de alfabetizadores que assumem o compromisso de constituir núcleos de alfabetização para jovens e adultos em suas localidades. Segundo o site do programa, “a metodologia tem como base os princípios de uma educação libertadora e na prática da leitura do mundo, que considera a realidade do alfabetizando como ponto de partida do processo educativo, conceitos fundamentados nos ensinamentos de Paulo Freire”. O programa de alfabetização existe desde 1992 e já alfabetizou milhares de pessoas em todo o país. Em uma das edições, focadas em determinados grupos sociais, o BB Educar, em parceria com a Centcoop, executou em 2010 o programa de alfabetização dos catadores/as da Estrutural.

Outro programa que vale mencionar é denominado: **Cataforte - Fortalecimento do associativismo e do cooperativismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis: formação para autogestão e assistência técnica aos empreendimentos solidários do DF**, Etapas I, II e III, que está em sua terceira e última etapa. Pode-se considerá-lo um dos mais importantes programas voltados à consolidação de uma cadeia de recicláveis organizados por catadores/as da América Latina, pois suas ações se constituem como uma importante política pública. Foram milhões de reais investidos para fortalecer a logística.

A primeira fase, em 2009, foi capacitação, formação e assistência técnica e alcançou 10.600 catadores/as em 19 estados da federação. Na segunda fase, em 2010, o foco foi na gestão e na logística e, em 2013, a terceira edição teve recursos e parcerias ampliadas para o apoio à estruturação de redes de comercialização. O programa se organizava de forma descentralizada. No DF, a proposta do Cataforte I foi executada pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT-UnB).

Outro destaque com dimensão nacional é o **Programa Cata Ação**, iniciado em

mais avançado em torno de estrutura de formação para a atividade de gestão técnica de resíduos em Brasília, talvez no Brasil.

2009. Ele foi desenvolvido a partir de uma articulação com a Fundação Avina e com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O referido programa conta com a parceria de financiadores como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (FUMIN), Coca-Cola, ICCO e Avina América. Um dos objetivos apontados é o “Desenvolvimento das capacidades de gestão e organização de redes” que implica em “apoiar a geração de condições e de capacidades para a efetiva gestão e sustentabilidade de ações centrais do projeto, incluindo a capacidade das entidades subexecutoras em cada localidade”. No DF, o Cata Ação desenvolveu ações de diagnóstico e capacitação na Reciclo, localizada no Riacho Fundo II-DF.

O programa de extensão **Escola de Formação Permanente para o Protagonismo do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPSR)** é uma iniciativa da pesquisadora Rose Barboza em parceria com a professora Maria Lúcia Leal, do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB). Segundo a reportagem da Agência Brasil, “O objetivo do programa é orientar catadores/as e moradores de rua sobre seus direitos, além de fornecer apoio a outros movimentos sociais”. O processo de construção dos debates é baseado no Método Paulo Freire, no qual o objetivo é que a experiência das pessoas seja utilizada como forma de conteúdo nas aulas, oficinas e nos debates. Hoje, o projeto atende um grupo de mulheres catadoras na cidade de Ceilândia-DF.

PROJETOS

Dentre as várias ações desenvolvidas pela Cáritas Brasileira, destaca-se o Convênio 057/2005 firmado entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e ela que financiou o **Projeto de apoio às Organizações de Catadores/as do Distrito Federal e Formosa-GO**. Tal proposta visa apoiar e fortalecer o processo de consolidação da CENTCOOP/DF, bem como fortalecer as articulações do Fórum Lixo e Cidadania do Distrito Federal e Entorno (FLCDFE), tendo como um de seus objetivos a promoção de ações que visam: “Estimular e apoiar o processo de organização e capacitação técnica, gerencial e formação política dos catadores/as e catadoras na perspectiva da gestão participativa e dos princípios da economia solidária”.

Para as ofertas de Cursos de Qualificação de média duração, apresenta-se o Projeto IRES-DF: **Incubadora de Redes de Economia Solidária do Distrito Federal I e II**, com primeira edição em 2010 e a segunda em 2012. O projeto é uma iniciativa da Ecoidéia (Cooperativa de Serviços Ambientais) que, constatando a precariedade das gestões e as dificuldades de articulação das cooperativas de materiais recicláveis filiadas a CENTCOOP, firmou parcerias com a Fundação Banco do Brasil e com a Incubadora Social e Solidária do CDT/UnB. Já na segunda edição, a parceria foi firmada com o Instituto Artur de Andrade.

O projeto IRES, também conhecido como Cosme e Damião, consistiu em formar duplas de estudantes universitários e catadores/as cooperados (ou filho de catadores/as), para participarem junto ao processo de formação teórica na Universidade (nas dependências da incubadora e com professores convidados) voltado a otimização dos recursos administrativos e reflexões sociopolíticas de atividades práticas nos empreendimentos.

O projeto de extensão **Assessoria Jurídica Popular Roberto Lyra Filho (AJUP)**, da Universidade de Brasília, coordenado pelo Prof. José Geraldo de Sousa Junior, é composto por três frentes de atuação: uma na Via Campesina, outra no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e outra na Estrutural (catadores/as).

Esta última, que se iniciou em 2013, tem ações direcionadas ao apoio jurídico e à educação jurídica das associações e cooperativas ligadas à CENTCOOP. Trata-se de um projeto que compreende a necessidade de formação no tema, tanto dos estudantes que participam de espaços formativos, quanto dos empreendimentos coletivos que, assessorados pela frente, participam de encontros nos quais discutem os marcos jurídicos e políticos em torno do cooperativismo e da reciclagem.

As AJUPs possuem a educação popular e o método Paulo Freire como orientação e estão em diversas universidades do país. Atualmente, a AJUP/UnB está participando de ações conjuntas com outras universidades em Brasília-DF, como da assessoria jurídica do Centro Universitário de Brasília (CEUB) e do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), na tentativa de minimizar a quantidade de ações fragmentadas.

EVENTOS E ESPAÇOS DE LUTAS

Na categoria eventos, um dos mais importantes que existe hoje no Brasil é o

Festival Lixo e Cidadania, que está na sua 12ª edição, realizada em outubro de 2013 em Brasília-DF. O Festival reúne catadores/as de todo o país, promovendo intercâmbio e debates em torno do desenvolvimento sustentável, do multiculturalismo, do empreendedorismo e da educação ambiental.

O **Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis**, realizado em Junho de 2001 em Brasília-DF, reunindo 1.600 catadores/as e moradores de rua, além de apoiadores, lançou, na ocasião, a Carta de Brasília. Mesmo não havendo outras edições do evento, há diversas manifestações a nível estadual e regional, seguindo os mesmos preceitos do encontro nacional.

A **Expocatadores** (A Feira de Negócios) reúne empresas, governo, sociedade civil e empreendimentos de catadores/as, na apresentação de tendências e tecnologias ambientais para a gestão eficiente de resíduos sólidos. As empresas lançam no mercado máquinas e equipamentos e promove debate em torno da gestão. Apesar de seu caráter mercadológico, o evento ajuda a aproximar os catadores/as de outras alternativas tecnológicas.

Em 2003, aconteceu o 1º **Congresso Latino-americano de Catadores** em Caxias do Sul-RS, reunindo catadores/as de vários países, e lançando a 'Carta de Caxias', consolidando, assim, a RED-LACRE (Red Latinoamericana de Recicladores). A segunda edição aconteceu em 2005, em São Leopoldo-MG. Ambos os espaços contribuíram para a consolidação de uma ação internacional de lutas por direitos e por mudança no paradigma latinoamericano em torno dos resíduos e dos catadores/as.

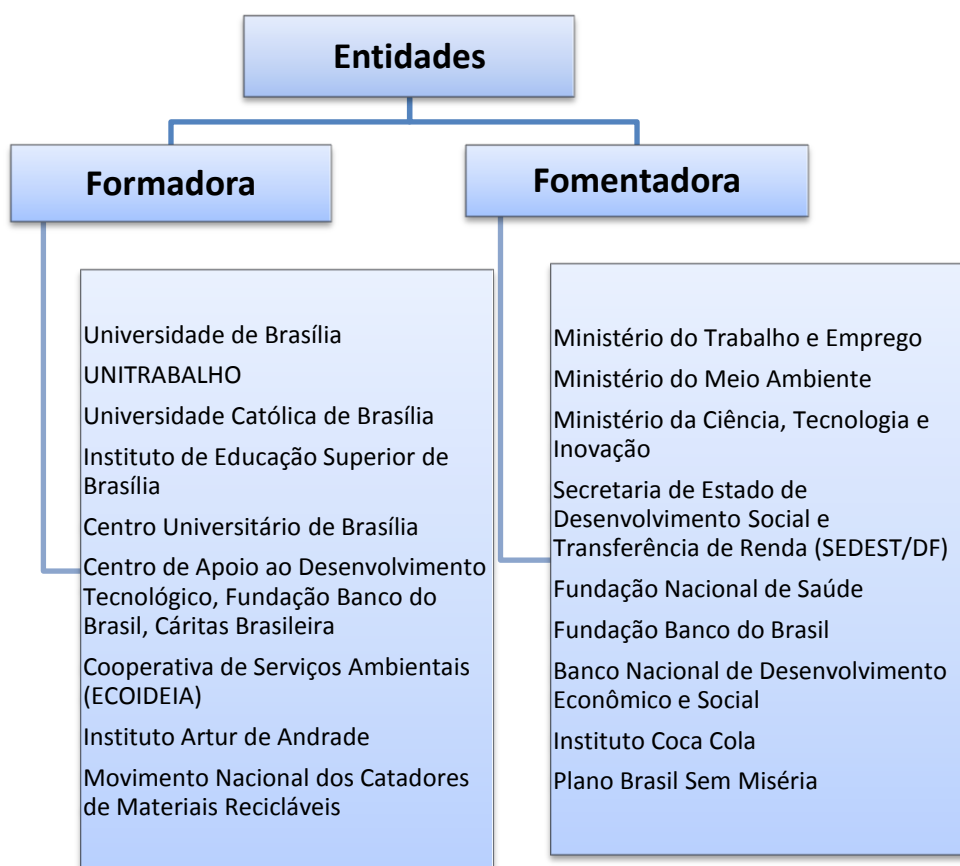
The Global Alliance of Waste Pickers ou **Aliança Global de Catadores** é um processo de rede que reúne milhares de organizações de catadores/as com grupos em mais de 28 países, cobrindo principalmente América Latina, Ásia e África. Enquanto mídia, é um importante instrumento que evidencia as lutas e as conquistas de forma global.

5.5 Instrumentos de apoio

EDITAL

A Chamada Pública da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Senaes/Mte N.º 04/2011, intitulada Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação Atuantes com Resíduos Sólidos Constituídas por Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, destinou cerca de dezenove milhões de reais em recursos não reembolsáveis para instituições em todo o país, com diversos objetivos. Dentre eles, cabe destacar as letras: a) Identificar, sensibilizar e mobilizar catadores/as e catadoras de material reciclável que não estão adequadamente organizados, cujo trabalho ainda é realizado em “lixões” ou nas ruas, de forma precária, familiar, individual ou desarticulada; b) Realizar processos integrados e sistemáticos de formação social, profissional, política e cultural dos catadores/as de materiais recicláveis; e c) Promover a incubação e assessoria técnica na constituição e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários constituídos por catadores e catadoras de materiais recicláveis com vistas à melhoria das condições de vida, de trabalho e de renda.

De forma sintética, o mapa abaixo apresenta as principais entidades formadoras e fomentadoras do DF:



Quadro 3 - Mapa das entidades formadoras e fomentadoras de projetos e programas DF.

Fonte: Própria pesquisa de campo, 2013.

Com base nos elementos acima, é possível notar a extensão dos investimentos de recursos humanos e materiais. Eles também mostram o quanto é fundamental o processo educativo e político ser incentivado como pilar para o progresso da rota de resíduos sólidos com e feita pelos catadores/as.

As entidades promotoras de ações para o desenvolvimento da cadeia de resíduos sólidos, seja na disponibilização direta de recursos (públicos ou privados), na captação e gestão do recurso ou na formação por meio de cursos de capacitação, são atores fundamentais na construção de autonomia e na garantia de direitos, tornando possível o acesso a bens materiais e imateriais. Mesmo na visão crítica, e, deixando claro que há sim situações envolvendo o uso de recurso público de forma equivocada ou o tratamento inadequado desses sujeitos, é por meio do trabalho já exercido por algumas entidades que se pode presenciar o exercício da crítica e o estímulo a mudanças.

Figura 5 - HQ de Luciano Irrthum.
Fonte: IPESA, 2013.



6. Capítulo IV

6.1 Método e Materiais de Análise

*Pesquisa para constatar, constatando, intervenho,
intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o
que ainda não conheço ou anunciar a novidade.
Paulo Freire, 1996.*

Para o tratamento dos dados coletados durante a pesquisa de campo foi utilizado o método da análise de conteúdo tal como sistematizado por Bardin (1979, p. 42), que a autora considera ser um:

Conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Esta proposta busca analisar a frequência de determinados elementos, ou determinados conceitos, que aparecem de forma explícita nos discursos. Dentre as técnicas presentes neste método, será utilizada a abordagem da Análise de Conteúdo Temática, por considerá-la mais adequada ao tipo de entrevista aplicada, uma vez que, trabalhar com análise temática “Consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1979, p. 105).

Ao se trabalhar com o resultado das entrevistas, buscou-se priorizar a classificação das unidades de significação, criando categorias ou conjunto de variáveis para canalizar o resultado de cada pergunta. Ou seja, dentro do universo das falas, será associado a um conjunto de respostas organizando-as por grupos semânticos (de significados). Entendendo categorização como:

Uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sobre um título genérico. (BARDIN, 1979, p. 117)

Desta forma, buscar-se-á possibilitar uma maior aproximação com o que se considera serem as percepções dos catadores/as sobre os temas propostos a partir de categorias manifestadas nas falas e não previamente determinadas.

Nesta pesquisa, o caminho elegido para satisfazer o método segue os preceitos expostos por Gomes (2010), nos quais busca-se realizar as etapas de Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados/Inferência/Interpretação. A primeira fase procurou realizar uma leitura profunda, explorando o conteúdo do material, elaborando pressupostos iniciais e determinando os conceitos teóricos que orientaram a análise. No segundo momento, o tratamento se concentrou na distribuição do fragmento de cada texto de análise pelo esquema de classificação inicial, identificando os núcleos de sentido e buscando elaborar uma redação por tema, de modo a dar conta dos sentidos do texto e de sua articulação com os conceitos teóricos que orientam a análise. E, por fim, será elaborada uma síntese interpretativa relacionando as categorias com o contexto e com os objetivos da pesquisa²⁷. Vale ressaltar que, durante o tratamento dos dados, foi utilizado como suporte o *Software Sphinx*²⁸.

Os instrumentos de coleta de dados, assim como sua aplicação, foram construídos levando-se em consideração os pressupostos da entrevista semiestruturada²⁹. Para buscar atender as particularidades de cada grupo, foram construídos dois tipos de entrevistas: a primeira estrutura atende a catadores/as e presidentes/tas e comporta quatro blocos temáticos. Cada bloco contém variáveis que buscam evidenciar a significação dos sujeitos em relação à Identidade Profissional (como se percebem), Formação profissional (suas experiências e suas expectativas), Motivação (o que os motiva a fazer os cursos) e Avaliação (suas opiniões e sugestões).

A segunda estrutura constitui uma entrevista aberta, aplicada aos técnicos, que tem como objetivo promover a discussão sobre o tema investigado e coletar informações e percepções dos profissionais que trabalham, direta ou indiretamente, com a formação. Os dados coletados aqui não serão analisados da mesma forma que as entrevistas dos catadores/as, mas, sim, servirão para compor a análise de forma complementar.

²⁷ GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

²⁸ Software Francês de Processamento de dados qualitativos e quantitativos,

²⁹ Segue modelo em anexo.

6.2 Contexto da Pesquisa: Triênio 2011/2012/2013

A pesquisa sobre a percepção dos catadores/as nasce no final de 2010, motivada pela existência de queixas, direcionadas pelos catadores/as aos cursos que estavam sendo propostos, compartilhadas com a pesquisadora nas oficinas. Em 2011, as indagações “O que eles querem aprender?” e “O que eles esperam da formação profissional?” foram sistematizadas na forma de uma pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade de Brasília, biênio 2011/2012. Na ocasião, foram coletadas 50 entrevistas envolvendo catadores/as, dirigentes e técnicos, desenvolvida observação de campo, sistematizadas as informações no relatório final e, posteriormente, foram publicados artigos em congressos abordando a pesquisa³⁰. Trata-se, portanto, de um trabalho de investigação que perdura praticamente toda a graduação.

Para o TCC, os dados foram revistos e reduzidos ao universo de 28 sujeitos. Os dois critérios utilizados para exclusão de entrevistas foram: questionários incompletos, que apresentavam cerca de 50% de perguntas não respondidas, e aqueles com defeito no áudio. Ambas as situações provocaram lacunas nos resultados e, somado a isso, sentiu-se a necessidade de aprofundar alguns aspectos de forma mais qualitativa.

Na apresentação deste estudo, contaremos com a análise de 20 (vinte) entrevistas, que foram aplicadas aos catadores/as, mais 05 (cinco) a dirigentes e 03 (três) a assessores profissionais, que atuam como técnicos na formação de catadores/as, totalizando o número de 28 (vinte e oito). As entrevistas foram gravadas em formato de áudio e transcritas.

6.3 Caracterização dos grupos entrevistados

O universo que compõe a pesquisa é muito amplo e agrega não somente os catadores/as, mas também profissionais envolvidos com o tema. Percebeu-se que o DF conta com cerca de 3.500 catadores/as que, além de se dividirem em diferentes cargos e funções, se

³⁰ ALVES, Adriana. A percepção dos catadores de materiais recicláveis sobre os cursos de formação profissional. In: Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, 9; Congresso de Iniciação Científica da UnB, 18. Brasília, Brasil. 2012.

encontram organizados de distintas maneiras (autônomo, associado ou assalariado³¹), formando, assim, um universo complexo e fragmentado. Em função disso, a aplicação das entrevistas concentrou-se nos empreendimentos que compõem a rede CENTCOOP, pois se concluiu que a maioria dos/as catadores/as que estão associados à Central contam com certa infraestrutura e, por isso mesmo, participam ou participaram de algum curso, programa ou projeto de formação.

Os grupos que participaram da pesquisa foram a própria CENTCOOP, com sede em Brasília-DF; a Associação Pré-cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Ceilândia (APCORC) e a Associação Recicle a Vida, ambas localizadas na cidade de Ceilândia-DF; a Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia (Acobraz), localizada na cidade de Brazlândia-DF; e a Cooperativa Reciclo, localizada na cidade de Riacho Fundo-DF.

6.4 Análise dos dados

6.4.1 Perfil

De acordo com a tabulação dos dados coletados chegou-se à seguinte composição do grupo: os dois primeiros grupos (catadores/as e dirigentes) são compostos por 16 mulheres³² e 9 homens de um total de 25 entrevistados. Juntos, os dois grupos assumem os mais distintos postos nos empreendimentos, desde coleta do material na rua até cargo de diretoria administrativa. Em relação às variáveis: Idades, Região e Tempo de ocupação, tem-se o seguinte quadro:

³¹ Essa categoria de trabalho é apresentada no artigo 'Informação e Trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados', de autoria da Crivellari, Dias e Pena, apud Kemp e Crivellari. Segundo o estudo, em 2006 existiam no Brasil 11.781 catadores com vínculo formal de trabalho, como aponta a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

³² O número elevado de mulheres entrevistadas no momento da pesquisa pode estar relacionado a dois fatores: 1) o número geral da quantidade de mulheres nos empreendimentos solidários que ultrapassa a quantidade de homens e 2) a afinidade da pesquisadora com o gênero feminino.

Idade	Origem	Tempo de ocupação
18 a 29 anos = 10	Centro-oeste = 16	0 a 5 anos = 6
30 a 45 = 9	Nordeste = 9	6 a 10 anos = 8
45 a 65 = 5	Norte = 0	11 a 15 anos = 4
S/resposta = 1	Sul = 0	16 a 20 anos = 2
-	Sudeste = 0	S/ resposta = 5
Total = 25	Total = 25	Total = 25

Tabela 1 - Perfil dos catadores/as.
Fonte: Própria Pesquisa de Campo.

Sendo um grupo composto, em sua maioria, por jovens e adultos com idade entre 18 e 45 anos (76%), destes, 64% dos entrevistados vieram da região Centro-oeste e 36% da região Nordeste. Em relação ao tempo de ocupação, observa-se uma distribuição maior em relação às variáveis, sendo de 06 a 20 anos o grupo que acarreta 32% do total. Alguns desses trabalhadores/as tiveram outras experiências profissionais, tais como: serralheiro, vendedor, mecânico, servente de obras, operador de máquinas e garçom, entre os homens; artesã, empregada doméstica, serviços gerais, gari e camareira, entre as mulheres. Os demais entrevistados não tiveram outra experiência profissional ou não relataram.

Em relação à caracterização dos assessores, foram entrevistados dois homens e uma mulher, sendo dois pedagogos e um engenheiro agrônomo. Todos possuem formação em Economia Solidária e ocupavam, na época, cargos na área de formação e assessoria técnica de empreendimentos solidários.

6.4.2 Apresentação do tratamento

Com intuito de tornar mais clara a relação sujeito/conteúdo, as falas serão classificadas em três grupos, identificadas como: Entrevistado Catador/a, que será apresentado com a sigla **EC**; Entrevistado Dirigente, representado pela sigla **ED** e Entrevistado Assessor/técnico, representado por **EA**. Os resultados aqui apresentados serão expostos e discutidos acompanhados por algumas dessas falas, com intuito de exemplificar os grupos de respostas.

6.4.3 Identidade Ocupacional

Neste bloco, busca-se evidenciar quem são os sujeitos que participaram da pesquisa e como eles próprios se veem enquanto a ocupação que exercem. Nas variáveis “Qual é a sua ocupação hoje?” e “O que significa essa ocupação³³ para você?” tenta-se identificar como eles se autodefinem e que significação têm sobre seu trabalho. Para a primeira pergunta, elaborou-se um quadro que reúne todas as autodenominações apresentadas pelos catadores/as durante a entrevista, sendo elas:

Ocupação	
Catadores e Dirigentes	
Categorias	NB³⁴
Catador/a	10
Trabalho na reciclagem	7
Presidente	5
Reciclador/a	3
Triador	1
Preseiro	1
Fiscal	1
Rasga lixo	1
Dona de casa	1
Bolsista	1
Animadora em hospitais	1
Parte dos papéis	1
Total	33

Tabela 2 - Denominações da ocupação catador.
Fonte: Própria Pesquisa de Campo.

Conforme o quadro acima, foram identificadas doze distintas formas de denominar ou definir a ocupação que exercem, inclusive é possível perceber pluralidade de funções por meio dos cargos citados. Ao todo, identificamos cinco postos de trabalho pertencentes a uma cooperativa que foram citados pelos entrevistados.

³³ Esse termo mudava conforme a resposta dada pelo entrevistado, por exemplo: “O que é ser triador para você?”.

³⁴ NB corresponde a frequência de resposta. Esse termo foi gerado pelo próprio programa.

O resultado chama atenção, pois há situações nas quais fica claro perceber a familiarização com o termo reconhecido pelo CBO³⁵, como no caso dos “Catadores” ou “Recicladores”, como são chamados em alguns estados e em alguns documentos oficiais, entretanto há situações mais complexas que merecem uma análise mais detalhada, como o termo “Trabalho na reciclagem” (21% do total) e na “Parte dos papéis”. Esta categoria se mantém tal como o discurso coletado na entrevista e nos provoca a indagar se tal fala trata de uma negação da prática do trabalho por parte do sujeito. Estaria o catador negando a sua atividade ao dizer que trabalha na e não com a reciclagem?

Outra situação interessante está relacionada com a diversidade de entrevistados que disseram possuir duas ocupações, como “Catador” e “Triador”, ou “Preseiro”, “Fiscal”, “Animadora de Festas”. Estariam eles/as buscando agregar outro valor à ocupação? E no caso em que fogem à realidade da catação e afirmam que sua ocupação é “Dona de Casa”, mesmo exercendo o trabalho de triagem e venda de materiais? Perguntar qual é a sua ocupação e escutar “Minha ocupação é rasgar lixo” causa uma provocação no sentido de buscar compreender melhor a subjetividade desses sujeitos e a sua relação com o trabalho.

Na segunda parte bloco Identidade, pergunta-se “O que significa essa ocupação para você?” As respostas estão organizadas nas seguintes categorias:

Significados da Ocupação	
Catadores e Dirigentes	
Categorias	NB
É uma forma de gerar renda e independência financeira.	15
Importante porque ajuda o meio ambiente.	8
Gosto.	2
Independência, não tem patrão.	1
É tudo.	2
Por falta de estudo.	2
Obrigada a fazer pela idade que tem.	1
Falta de outra opção.	1
Oportunidade de melhoria de vida.	1
É uma responsabilidade.	1
Total	34

Tabela 3 - Significados da ocupação.
Fonte: Própria Pesquisa de Campo.

³⁵ BRASIL. CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES: CBO 2010. 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

O grupo de respostas³⁶ que prevalece sobre as demais possui um discurso fundamentado em razões econômicas (44%). As definições relacionadas à necessidade de geração de renda e aquisição da independência econômica com a ocupação de catador/a podem ser percebidas nas falas a seguir: “É meu ganho, é meu sustento, é daqui que eu vivo a minha vida” (EC. 34) e “Ser catador para mim hoje é ser independente, saber que você pode, saber que você é capaz, saber que você não depende de ninguém, basta você querer, entendeu? Basta você querer, ser catador é isso, é ter autonomia, é ter direto, é você ser livre, é você ser independente, ter seu próprio negócio” (ED. 02).

Nas falas pertencentes ao segundo maior grupo de resposta (23,5%), percebe-se um apelo à questão ambiental e uma preocupação com o meio ambiente: “É muito importante porque estamos mantendo o meio ambiente limpo” (EC. 18) e:

Olha, é uma coisa muito importante porque tá, a natureza está sendo delundida, e esse clima que você está vendo hoje está sendo desgastado né, pela sujeira, os catadores hoje estão limpando com o material que eles estão reciclando e estão fazendo uma obra muito importante pro povo que vai vim, né, que vai nascer. (EC. 01)

Esses discursos podem ser compreendidos melhor ao se analisar o número crescente de discussões promovidas pela mídia sobre o tema. Referindo-se sobre esse comportamento Barros; Pinto, 2008 *apud* Kemp; Crivellari (2008, p.75) dizem que “tal mudança pode ser explicada, inicialmente, pela importância que a questão ambiental passou a ter a partir dos anos 1980, sobretudo a partir do início deste século”.

Grupos e instituições nacionais e internacionais passaram a abordar a temática ambiental como o grande desafio a ser enfrentado e apontam a necessidade de mudança de paradigma sobre o desenvolvimento mundial no enfrentamento dessas questões: “Novos hábitos de vida e de consumo são desenvolvidos na população que, pouco a pouco, vai integrando em seu cotidiano a preocupação com a preservação do planeta” (BARROS; PINTO *apud* KEMP; CRIVELLARI, 2008, p.75). Este discurso passa a ser incorporado pelos catadores/as mais como estratégia de valorização do próprio trabalho. Ao se afirmarem como agentes que promovem minimização do impacto causado ao solo, água e ar, ocasionado pelo descarte da matéria-prima processada, se colocam como função de vital importância que merece ser valorizada, como exposto por um dos entrevistados: “para mim, é um bem que a gente tá fazendo para o meio ambiente que, apesar de tudo, por muita gente fala que é

36 Vale ressaltar que esses elementos foram identificados nas respostas. Em algumas situações, uma mesma resposta tinham variáveis diferentes que foram somadas a algumas categorias.

discriminado, mas eu acho que a gente deveria ser mais valorizado” (EC. 09).

Os demais grupos de respostas, representando pouco mais de 5% cada, chamam a atenção na sua diversidade e na forma de expressar sua impressão ou as causas que os levaram a trabalhar (08 respostas). Entre as respostas, podemos citar:

“É uma renda mais fácil né, eu acho mais fácil, não depende de ninguém, não tem padrão, não tem que pegar ônibus. Independência” (EC. 03).

“Eu acho que a pessoa tem que gostar. (...) Para mim é um meio de sobrevivência, é o meu sustento. Eu sempre gostei de fazer catação” (EC. 19).

“Eu sou obrigada a fazer porque com a idade que eu tenho ninguém pega mais para trabalhar né. Nem quem tem estudo não consegue, imagina eu, que só fiz até ao terceiro ano” (EC. 18).

“Ser catador é quando você olha para um lado e você não vê mais possibilidades, e a única coisa que sobra para você é o material da reciclagem que está no lixo, então, sobra para você a possibilidade de recolher os materiais recicláveis que estão no lixo” (ED. 21).

O conjunto dessas respostas, somadas à categoria majoritária, evidencia que a falta de oportunidade de inserção no mercado laboral leva alguns a recorrerem à classificação de materiais como única opção. De fato, a predominância se dá por um conjunto de ações que estão sendo discutidas ao longo de todo o trabalho. Situações envolvendo as condições econômicas e sociais, nas quais os indivíduos são subalternizados.

6.4.4 Formação e Qualificação Profissional

Nas tabelas anteriores, as categorias sócio-ocupacionais aparecem juntas devido à proximidade de respostas. Já nas tabelas posteriores, elas aparecerão separadas para possibilitar a dinâmica de comparação entre os dois grupos.

No bloco Formação e Qualificação Profissional, buscou-se ter um panorama sobre a formação profissional que os entrevistados/as já possuíam e a identificação dos cursos que já fizeram; o levantamento dos cursos que gostariam de ter acesso e as opiniões sobre a necessidade de qualificação técnica. Em resposta à pergunta “Você já participou de alguma formação profissional?”, dos dois grupos (catadores e dirigentes) 52% disseram sim e 48% não. Os cursos citados estão relacionados nos quadros abaixo:

Cursos dos quais participou (catadores)	
Categorias	Nb
Cosme e Damião	1
Liderança	1
Costura	1
Tesouraria	1
Reciclagem	4
Artesanato	1
Total	9

Tabela 4 - Cursos de formação dos quais os catadores participaram.
Fonte: Própria Pesquisa de Campo.

Cursos dos quais participou (dirigentes)	
Categorias	Nb
Empreendedorismo	2
Cooperativismo	2
Elaboração de Projetos	1
Liderança	1
Marcenaria	1
Serralheria	1
Total	8

Tabela 5 - Curso de formação dos quais os dirigentes participaram.
Fonte: Própria Pesquisa de Campo.

Cabe observar que 48% dos entrevistados nunca participaram de algum tipo de formação para o mundo do trabalho, o que representa um número significativo nessa amostra. Isto pode ser explicado por diversos fatores, como a falta de acesso à formação básica e continuada, a não participação no mercado formal de trabalho, entre outros tantos fatores que fazem parte da trajetória desses sujeitos. Entretanto, para além do que já é conhecido, há outros pontos que merecem atenção e que se tornaram evidentes na investigação, como a situação da rotatividade dos catadores/as no empreendimento do qual fazem parte, tal como reforça a fala do profissional entrevistado:

É um grande desafio a formação dos catadores pelo fato de que os catadores por si já construíram uma forma de vida que não tem lugar, não tem ponto de trabalho, então, eles criaram uma situação nômade, na relação com o trabalho, na relação com a família, de morar na rua, então, tudo isso dificulta o processo de formação. (EA. 26)

Outra fala que reforça essa situação da rotatividade é do dirigente:

Material hoje sobe, então tem muito catador de materiais recicláveis. Começa chover, o material cai muito, então a grande verdade é que às vezes o catador não pega aquela formação e o outro já pega. (ED. 21)

A permanência desses sujeitos em seus empreendimentos é um fator que deve ser levado em consideração, pois isso se constitui em mais um desafio na promoção de uma ação pedagógica. Aqui cabe refletir sobre a importância de investir esforços na estruturação desses grupos, mesmo que isso implique em uma tarefa complexa que depende de uma série de variáveis como, por exemplo, a implementação de sistema gestão dos resíduos sólidos de forma eficiente nas cidades.

O investimento na infraestrutura dos grupos, políticas que regulem o mercado de matéria-prima reutilizada, diminuindo assim a instabilidade. Por outro lado, dos 52% dos catadores/as que já fizeram algum tipo de curso, percebe-se que há uma divisão clara entre os dois grupos: de um lado os catadores, que, na proporção de 20 sujeitos entrevistados, 9 citaram algum curso, enquanto o grupo dos 5 dirigentes relataram 8 cursos. Outro fator que merece atenção é o tipo de formação a que cada grupo teve acesso. Enquanto os catadores/as estão limitados à formação básica, os cursos citados pelos dirigentes possuem uma dimensão em tempo e profundidade maiores. A problematização desse dado está na divisão do conhecimento como fator de perpetuação de determinadas posições e cargos, como aponta a fala a seguir:

Querendo ou não, a maioria trabalham em organizações coletivas, com foco no trabalho gestor, e muito desses empreendimentos normalmente tem alguma pessoa que conhece mais de cooperativa e acaba meio que centralizando os trabalhos, que não é porque ela queira centralizar, mas é porque muitos dos catadores que formam a base das cooperativas não têm realmente conhecimento ao ponto de chegar e conseguir assumir uma determinada área que dá mais estabilidade. (EA. 27)

Este é o segundo grande desafio apontado. É necessário compreender em que relações de poder isso pode se traduzir dentro desse contexto. Nota-se certa hierarquia em relações do tipo Empregado *versus* Patrão que existem nos empreendimentos econômico-solidários e que se desenvolvem, principalmente, pela reprodução do modelo capitalista em que estamos imersos. É um grande desafio superar o conflito gerado pela sobreposição de poder, principalmente quando se somam esforços para trabalhar de forma coletiva e horizontal.

As demais variáveis interrogam sobre a opinião somente dos catadores/as a respeito da necessidade ou não de se qualificar profissionalmente para o desenvolvimento do

trabalho de catador e quais cursos são importantes para a qualificação e/ou profissionalização. Entre os resultados, encontramos as seguintes respostas à pergunta “Você considera importante ter curso de formação profissional para quem trabalha no mundo da reciclagem? Por quê?”:

Importância da formação profissional (catadores)	
Variáveis	Nb
Sim	16
Não	1
S/ resposta	1
Não, mas com ressalva	2
Total	20

Tabela 6 - Importância da formação profissional para os catadores.
Fonte: Própria pesquisa de campo.

E na pergunta “Que tipo de curso você gostaria de fazer?”, têm-se as seguintes respostas:

Cursos para qualificação (catadores)	
Categorias	Nb
Processamento do material	4
Reciclagem	1
Informática	5
Higienização	1
Alfabetização	1
Aula de lazer	1
Culinária	1
Artesanato	1
Comunicação	1
Total	16

Tabela 7 - Cursos que os catadores gostariam de fazer.
Fonte: Própria pesquisa de campo.

A partir dos quadros acima, são destacados dois pontos importantes. Primeiro, ao serem interrogados sobre a importância de qualificação do trabalho de catador, 80% consideram importante ter algum tipo de formação e isso aponta que a grande maioria possui interesse em ampliar os seus conhecimentos. Ao serem questionados sobre o porquê de considerarem importante a formação, alguns disseram: “Tem, né, porque tem muito material

novo, tem muito material que a gente não conhece, principalmente eu que sou novata” (EC. 07). O entrevistado seguinte se manifestou dizendo: “Com certeza, porque a gente vai ter mais valor pro serviço da gente” (EC. 15).

O segundo ponto refere-se ao cruzamento dos dados. Ao se compararem as respostas dos presidentes e técnicos, observa-se que ambos apontaram para a necessidade de qualificar o trabalho através de cursos de cooperativismo e noções de administração; enquanto que, para o grupo de catadores/as, as respostas são distintas e, em sua maioria, voltadas às questões mais práticas, como o manejo dos materiais e o reaproveitamento com o artesanato.

Vejamos nas falas a seguir os cursos que alguns entrevistados/as consideram importantes para qualificar a ocupação de catador. Um dos presidentes citou:

Curso é para melhorar a nossa fonte de trabalho, para qualificar. Eu acho que é administração, porque quanto mais você aprende, mais você quer, e enquanto você não coloca em prática você não sabe nada. Tem os cursos de contador, por mais básico que seja a gente precisa fazer, tá sempre atualizando, para poder ter o negócio bem ativo. O outro é sobre projeto, é sempre bom você estar aprendendo, nem um curso é igual ao outro, cada curso que eu fiz eu aprendi mais e me capacitei mais. Então eu acho muito importante para a categoria. E comunicação, porque sem comunicação você não consegue entender e nem falar para que o outro entenda. (ED. 22)

Enquanto da parte dos catadores/as, apresentam-se as seguintes respostas: “Tem que ter, porque só isso aqui não dá não. Tem que ter assim uma coisa que dê produção, que a pessoa aprenda” (EC. 08); para o profissional entrevistado o importante é a:

Área administrativa, área financeira, comunicação, tem uma demanda muito grande a área de comunicação interna dos empreendimentos que aí tem uma relação com a questão da transparência que muitos catadores, assim a base dos catadores, reclamam que os presidentes roubam - presidente não faz aquilo. (EA. 27)

Neste conjunto de falas, está explícito que cada grupo responde conforme seu universo: o presidente transita entre o prático e o abstrato no cotidiano administrativo do empreendimento; já o catador, muitas vezes, permanece na esfera prática, quase que exclusivamente na manipulação do material; e o técnico tem como objeto de trabalho o aperfeiçoamento da prática). Pode-se dizer, portanto, que cada grupo de entrevistado responde segundo suas experiências e vivências de formação.

A análise desses três quadros corrobora na reflexão sobre a dimensão da formação e os conflitos existentes no âmbito dos empreendimentos coletivos. Pode-se dizer que esse conflito é resultado de dois processos: o primeiro é uma baixa oferta de formação que existe voltada a esse público, acarretando na formação de poucos e contribuindo para a manutenção

da forma piramidal de poder. E o segundo, a existência de uma divisão clara entre o tipo de conhecimento que chega e a quem chega, ou seja, dentro da concepção **qualificar para o trabalho** está implícita a ideia de formação diferenciada para quem **pensa** em relação à formação oferecida para quem **faz**.

Sobre esse ponto, é importante alertar sobre a necessidade de pensar no trabalho da base e da formação horizontal para evitar a dicotomização. São as entidades captadoras e aplicadoras de recursos públicos e privados as responsáveis por tal estratégia, uma vez que são elas que definem projetos com objetivos e metas a serem cumpridos e partem da premissa de promover desenvolvimento social por meio da educação.

6.4.5 Aspectos Motivacionais

Nas variáveis sobre os aspectos motivacionais, busca-se saber quais são os elementos que motivam os entrevistados/as a participarem de uma capacitação ou curso e que tipo de mudança na formação profissional pode possibilitar no que tange a vida pessoal e social. Perguntou-se, portanto, “O que te atrai em um curso de formação profissional?”. Dos entrevistados que responderam, chegou-se à seguinte classificação:

Atração (catadores)	
Categorias	Nb
Tudo atrai	1
Possibilidade de aumentar a renda	2
Possibilidade de aumentar os conhecimentos sobre reciclagem	5
Baixo custo do curso	1
Proximidade do local de moradia	1
Aprendizagem	5
Gerar novas amizades	1
Possibilidade de um emprego melhor	1
Possibilidade de obtenção de um diploma	1
Sem resposta	2
Total	20

Tabela 8 - Aspectos que atraem os catadores a frequentarem os cursos.
Fonte: Própria pesquisa de campo.

Buscando aprofundar esse tema perguntou-se: “Ter formação profissional modificou/modificaria algo na sua vida pessoal e social? E na sua vida profissional, o que mudou/mudaria³⁷?”. E os grupos de respostas obtidos foram os seguintes:

Perspectiva de mudança de vida (catadores)	
Categorias	Nb
Melhoria no trabalho	1
Mudaria tudo	1
Valorização da ocupação	2
Faz sentir-se melhor	1
Muda a questão financeira	2
Possibilita melhores empregos	5
Possibilita mais conhecimentos	4
Total	16

Tabela 9 - Perspectiva de mudança para os catadores.
Fonte: Própria pesquisa de campo.

Perspectiva de mudanças na vida (dirigentes)	
Categorias	Nb
Mudança de vida	2
Possibilidade de mudar de ocupação	2
Aumento na renda	1
Necessidade de mais conhecimento	2
Valorização da ocupação	1
Total	8

Tabela 10 - Perspectiva de mudança para os dirigentes.
Fonte: Própria pesquisa de campo.

Percebem-se traços em comum em ambos os quadros, contudo em particular chamam atenção os elementos presentes no segundo quadro. Cabe observar que esse conjunto de respostas aponta para uma motivação em participar relacionada a possíveis mudanças na vida pessoal e profissional, resultando em maior conhecimento sobre o trabalho que exercem. Isso demonstra uma vontade pessoal de aprimorar o que já fazem e de avançar no que

³⁷ O emprego dessa palavra era mudado conforme o entrevistado respondia se já tinha participado ou não de algum curso.

corresponde a ganhos financeiros e valorização da profissão.

Por outro lado, aparece o grupo de sujeitos que não se vê atraído pela formação e/ou os que acreditam que poderiam mudar de ocupação mediante a oportunidade de se capacitarem, o que demonstra que não estão dispostos a continuar na ocupação de catador: “Acho que daria mais estabilidade, teria mais possibilidade de estar buscando algo melhor para mim, para minha família” (EC. 16). Essa questão também é mencionado/a por um/a profissional:

E também tem aquele outro lado né, até que ponto o catador quando for se capacitando, se orientando e tendo condições de realmente crescer na vida, até quando ela vai ser catador? É uma questão que a gente põe à prova e que a gente corre o risco de realmente, com essas capacitações, o catador deixar de realmente ser catador e conseguir de repente um emprego formal. (EA.28)

Pode-se inferir que, mediante a situação em que se encontram os catadores/as, a formação básica e profissional pode ser o ponto de partida para conquistarem melhores condições de trabalho e melhores salários. Fica, todavia, uma pergunta que não quer calar: quais são os objetivos da formação para catadores?

6.4.6 Avaliação dos cursos de formação

Nessa etapa, perguntou-se aos entrevistados como avaliam os cursos de que participaram e o que sugerem para sua melhoria. Como resultado, todos os 8 sujeitos avaliam os cursos positivamente.

Avaliação (catadores)	
Categorias	Nb
Atribui importância na carreira e vida pessoal	1
Avalia positivamente	6
Faltou aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos	1
Total	8

Tabela 11 - Avaliação dos cursos de formação realizada pelos catadores.

Fonte: Própria pesquisa de campo.

São vários os relatos demonstrando que gostaram e puderam ampliar seus conhecimentos, fazer novas amizades e conhecer coisas novas. Poucos foram os que, além de

avaliar, sugeriram ou criticaram algo. A exemplo, resgata-se a seguinte fala: “Foi interessante o curso que eu fiz. Já tem um tempo, mas pena que aqui não foi colocado em prática o que eu aprendi lá. Até porque aqui já tem um modo, um como está sendo trabalhado na tesouraria. Uma pena.” (EC. 16). Essa fala evidencia que a adesão do processo educativo deve vir acompanhada por uma série de transformações que permitam à formação não ficar limitada à pura teoria. Ao contrário, que seja efetiva, pois não basta ensinar sobre o funcionamento de máquinas de processamento do PET, quando a grande maioria não possui escolarização; tão pouco vale a pena pregar princípios de gestão compartilhada e de autogestão em meio a um contexto desigual.

Nesse sentido, outra fala que vale ser mencionada é: “Como faz muito tempo eu faria um novo” (EC. 18), o que aponta para a necessidade de formação continuada. A partir disto, notou-se que, em sua maioria, os cursos ofertados são de curta duração e muitas vezes se repetem, criando lacunas e a necessidade de adequar/sintonizar melhor as capacitações, trazendo novos saberes e reforçando alguns sem que isso se torne repetitivo.

Na categoria da avaliação feita pelos dirigentes, temos o seguinte quadro:

Avaliação (dirigentes)	
Categorias	Nb
Atribui importância	1
Considera a estrutura dos cursos complexa	1
Falta formação continuada	3
Mudar a linguagem	2
Faltam catadores formadores	1
Falta construir curso junto ao catador	1
Formação dissociada da prática	1
Curso não muda a realidade de continuar catando	1
Total	11

Tabela 12 - Avaliação dos cursos de formação realizada pelos dirigentes.
Fonte: Própria pesquisa de campo.

É possível perceber diversos elementos interessantes referentes às críticas. Dentre eles, problemas que ocorrem no processo formativo, envolvendo estrutura do curso, linguagem, método e significado.

Sobre esse item a entrevista abaixo traz ricos elementos:

ENTREVISTADO/A: Eu acho que não é a formação, eu acho que é a estrutura de formação que é complexa, que não existe, porque o que existe é o seguinte: os governos abrem um edital para uma ONG, uma associação, uma empresa, um

instituto, um “escambal” concorrer, ganha ali o recurso para fazer a formação de catador e para, aí passa três anos, dois anos, sei lá. E vem outro, ou dois anos ou um ano sei lá, e não existe uma ação contínua concatenada, entendeu? Como uma escadinha que a gente tem que estar subindo degrau por degrau, são coisas desconexas, sabe? Que não tem, que não é ligada uma coisa na outra. Esse eu acho que é o maior problema. O que eu acho que é necessário. E aí é difícil mesmo, porque, assim, existe a rede de educação aí, existe escola e não sei o que, não sei o que, a gente precisa de uma coisa que seja mais do que isso. Que traga essa formação cotidianamente, que traga essa estruturação durante toda a vida, né.

ENTREVISTADORA: Você acha, por exemplo, que eles repetem os cursos? Alguns cursos que aparecem são os mesmos conteúdos, o mesmo jeito?

ENTREVISTADO/A: Isso às vezes acontece, mas não significa que seja ruim, porque, porque hoje é muito... porque, olha só, material hoje sobe, então tem muito catador de materiais reciclado, começa a chover o material cai muito, então a grande verdade é que às vezes o catador não pega aquela formação e o outro já pega, isso não é a minha crítica em relação a isso. A minha crítica é que não existe formar, eu vou te dar um exemplo, uma pessoa da classe média, o filho do rico, sei lá, ele faz a primeira série, vai a terceira, a quarta, a quinta, a sexta, a sétima, a oitava, e vai para o segundo grau, faz 1, 2 e 3 grau, aí vai para faculdade, faz 1, 2, 3 blá, blá, blá... Semestre e termina a faculdade, aí ele faz um curso de especialização, ele faz um mestrado, ele termina o mestrado dele, ele faz um doutorado, né, então ele tem uma coisa continuada e que é muito cara. Eu nem tenho ideia de quanto uma pessoa rica gasta com o filho para ele chegar ao nível de ter um mestrado, e não tenho nem ideia do quanto é isso. Eu sei de uma coisa que nós também precisamos disso. Aqueles que tiveram oportunidades aí é muito fácil falar assim: - não rapaz você tem colégio ali, vai ali e se matricula. Não é assim. Imagina o cara que trabalha o dia todinho separando lixo, que não é brincadeira, né, chega a noite e é um bagaço. Eu já tenho alguns anos que eu não trabalho mais efetivamente no pesado, tema aí sei lá uns 5 anos, de antes de eu me tornar presidente eu já vinha num tempo mais como dirigente, mais como militante, mas peguei muitos anos no pesado, tanto é que os músculos e as cicatrizes estão aqui, mas, hoje, eu tenho esse entendimento, hoje eu faço um curso superior na realidade, não foi simplesmente ali e me matricular num curso, foi uma estrutura que eu tive, estando dentro da Centcoop, né. Foi o movimento que me deu isso, essa oportunidade de estar me capacitando. Não caiu do céu, não é ir ali e se matricular. (ED. 21)

Outro relato interessante foi o do entrevistado ED. 23:

Pode ser sincero? Primeiro tem que fazer uma pergunta pessoal para cada cooperativas, e assim, que seja voltado para catadores, não é aquele negócio que eu fui ali, dei um curso e fui embora. O curso só tem valor se você dá continuidade a ele, ele tem que ter continuidade. Você faz um curso aqui hoje e, daqui a seis meses, você vai lá procurar saber se aquele cursos melhorou mesmo e onde eles erraram, o que tá faltando, tem que ter continuidade. Os cursos hoje, que estão sendo dados em Brasília, eles estão sendo muito virados para o técnico e não para o catador, entendeu? Não perguntou para o catador, eu preciso disso eu, eu quero isso. Só chega, toma aqui o curso. Já chegar pronto e vai embora, deu, e acabou e o depois? Fica por ali mesmo. (...) Você tem usar uma linguagem bem popular, porque catador até, oh. Ainda temos muito a catadores que são analfabetos ou semi analfabetos, entendeu! Tem que ser uma linguagem

bem popular mesmo, não tem usar uma linguagem técnica porque isso complica. Eu mesmo fico me perguntando. (ED. 23)

Cabe observar que os apontamentos nos levam a indagar sobre o método e as estratégias de ensino que estão sendo recorrentemente aplicados pelas entidades formadoras e fomentadoras. Elementos que estão presentes nesse discurso e que nos provocam a fazer uma reflexão envolvendo identidade, método, currículo, entre outros.

Essas tabelas, assim como o relato, são campo fértil para a área da pedagogia, tendo em vista que exploram aspectos estruturantes no processo de formação. Como não é foco da pesquisa, fica em aberto.

6.4.7 Síntese Interpretativa

Em suma, esse conjunto de variáveis ligadas ao perfil dos entrevistados mostrou que o grupo de catadores/as está composto por uma maioria de jovens mulheres, sem outras experiências profissionais e com alguns anos de catação, o que aponta para uma mudança de perfil. Pode-se dizer que, hoje, chegou-se à segunda geração de catadores/as, tendo em vista que os catadores/as de materiais recicláveis no Brasil têm um histórico que remonta a quase meio século de catação, o que pode ser constatado no levantamento da história de vida de catadores (BARROS; PINTO, 2008 *apud* KEMP; CRIVELLARI, 2008, p.75).

Em sua composição, percebe-se, tradicionalmente, prevalecer um número maior de homens envolvidos com a ocupação, pois se trata de um trabalho que exige um árduo esforço físico, o que não exclui as mulheres. A participação delas é reduzida diante das condições do trabalho, uma vez que, por exemplo, um carrinho cheio pode chegar a pesar centenas de quilos. Soma-se a isso que a atividade é geralmente feita nas ruas, exposta a diversas situações.

O número elevado de mulheres no ramo da catação foi percebido durante a observação de campo feita em diversos empreendimentos. O que possibilita essa caracterização em Brasília é a trajetória particular das cooperativas e associações do DF. Depois do decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação de resíduos pelos órgãos e entidades da administração pública federal e destinação às cooperativas e associações, os pequenos grupos, já existentes nas áreas de transbordo ou organizados em

galpões com ajuda de ONGs e entidades ligadas à Igreja Católica, se viram obrigados a se constituírem formalmente; em alguns espaços da cidade já era possível identificar pequenos grupos que exerciam essa ocupação há anos.

Em meio a esses novos contextos, surgiram diversas associações de catadores/as que começaram com pouca ou nenhuma estrutura. E, devido ao processo de formação ter sido levado por uma questão de ordem burocrática e em curto tempo, vários grupos surgiram sem ou com pouca mobilização política, influenciados pela força do decreto que, no artigo 03, parágrafo I, diz que para receber o material as cooperativas e associações devem estar formalmente constituídas. Isso implica dizer que houve um *boom* de empreendimentos, surgidos com muitas fragilidades de ordem social, política e de constituição formal.

O que ameniza esse quadro é o apoio de entidades de fomento, como FBB, MDS, BNDS, entre outros, e o apoio da Universidade de Brasília, por meio de atividades de extensão e da Incubadora Social. Outro ponto que contribui é a organização da Central de cooperativas, CENTCOOP, como fator de articulação e captação de recursos, ajudando em mudanças estruturais.

Aos poucos, alguns grupos passaram a trabalhar em espaços fechados e com algum equipamento, reduzindo o número de catadores/as que encontram nas ruas o seu local de trabalho e possibilitando a participação de um número maior de mulheres. Também vale lembrar que, no Brasil, assim como em diversos países, existe um número significativo delas com pouco ou nenhum acesso à formação profissional e em situação de desigualdade no mercado de trabalho. Fatores estes que também influenciam diretamente na participação feminina nessa ocupação.

O bloco relacionado à formação provoca em alguns pontos. Primeiro, revela que ainda são poucos os estudos sobre formação em cooperativismo e associativismo para este grupo em especial. A maioria do material encontrado, ou de instituições que trabalham com o tema, tem suas atividades voltadas a outros tipos de cooperativas, como de trabalho, de crédito, por exemplo, e usam esses materiais como referência nos cursos para catadores/as. Isto nos leva a acreditar que a Pedagogia precisaria voltar sua atenção para a formação desses trabalhadores de modo a contribuir diretamente no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento de métodos e técnicas mais adequadas. Incorporando, sobretudo, técnicas da Educação Popular e da Pedagogia da Alternância na didática desses cursos.

Acredita-se que a Educação Popular não formal ligada aos movimentos sociais possa contribuir de diversas formas, dentre elas, como sugere Adams (2010, p.20):

A metodologia da educação popular, nestes círculos de trabalho, possibilita partir da realidade local e, alimentando-se dela, favorece a reflexão sobre os condicionamentos que advêm do contexto mais amplo; estabelecem-se, assim, condições apropriadas e fecundas de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que essa metodologia leva os sujeitos a voltarem a atuar para enfrentar os desafios do seu cotidiano.

A Pedagogia da Alternância pode contribuir ao ajustar o método ao tempo e ao espaço do educando, uma vez que esta intercala períodos de vivências em sala de aula com períodos de trabalho (tempo trabalho/ tempo estudo). Juntos, esses elementos podem facilitar a permanência e a maior adesão dos participantes.

Ao analisar as problemáticas envolvidas com os dados das variáveis, observamos que democratizar a formação a um número maior de cooperados/associados depara-se com outro grande desafio. Tendo em vista que os cursos de cooperativismo e associativismo, administração, projetos, comunicação interna, entre outros, potencializam a criação de ferramentas e estratégias da gestão dos empreendimentos, ampliam a possibilidade de ganhos e dão maior transparência ao processo, torna-se de vital importância investir na socialização desses saberes. Dessa forma, criam-se espaços de disseminação desse conhecimento para o maior número de sujeitos, possibilita-se o real avanço da democracia e da autogestão, rompendo com o ciclo vicioso das relações assimétricas de poder estabelecidas entre os catadores/as que chegaram à presidência das cooperativas e os outros.

Outro ponto a dar ênfase é o rodízio de funções dentro desses grupos. Para Kemp (2008, p.38, 39), o rodízio de funções se constitui em “um processo no qual os associados são levados a pensar, compreender e decidir para atender às necessidades pessoais e coletivas.” E completa: “(...) ainda é mais uma meta do que verdadeiramente uma realidade”. Por isso é necessário que tanto diretores quanto cooperados estejam aptos a assumirem o rodízio de funções para elevar o princípio da autogestão ao patamar da prática.

Diante deste cenário complexo e fragmentado, a proposta que surge para superar as ações pontuais e paliativas é a construção do trabalho em rede entre as entidades formadoras e fomentadoras, como aponta Whitaker (1993, p.1, 2):

—

—

, que pode se e

de realizar determinado objetivo.

Diminui-se assim o percentual de ações/cursos pouco efetivos/as, fora de contexto e repetitivos, bem como se poupam esforços, além de recursos humanos e financeiros.

7. Considerações Finais

*Ensinar exige compreender que a educação
é uma forma de intervenção no mundo.
(Freire, 1996)*

Os dados apresentados na pesquisa evidenciam uma série de transformações e avanços nos últimos anos, contudo, as condições de trabalho dos catadores/as de materiais recicláveis apresentam diversas fragilidades e, mesmo com algumas conquistas, esses trabalhadores ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social. Ainda estão em meio a lixões a céu aberto, tirando menos de um salário mínimo por mês (BRASIL IPEA. 2012).

No entanto, esta situação só irá mudar de fato com a efetivação das políticas públicas. Ou seja, quando não estiverem mais “recebendo o peixe” e, sim, “pescando”, por meio do processo organização de grupos de catadores/as, fortalecendo o cooperativismo e o trabalho coletivo, aliado a autonomia do grupo e apropriação dos equipamentos e do processo produtivo pelos catadores/as, como defende o MNCR. Quando se tornarem donos da produção e do beneficiamento dos resíduos, eliminarem os atravessadores e trabalharem coletivamente.

Para a consolidação desta conjuntura, uma série de desafios devem ser superados. Dentre eles, cabe destacar, é a resignificação do trabalho e a formação profissional técnica e é política. Sobre esses dois pontos, pode-se dizer que a identidade de catador e a concepção de trabalho se alteram conforme se altera a relação do sujeito com o trabalho, à medida que vai se criando outros sentidos e agregando outros valores. Partindo-se de uma visão marxista de trabalho, estima-se que essa identidade não é uma mera atividade alienada que serve para fomentar a cadeia do sistema capitalista. Lida-se, portanto, com o sentido de organicidade, onde o trabalho é central na constituição individual e social do sujeito, compreendendo que os homens passam a ser aquilo que eles fazem de si mesmos pelo trabalho. “Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles.” (MARX, 2007, p. 87). Deste modo, “quando se fala do trabalho, está se tratando, imediatamente, do próprio homem.” (MARX, 2004, p. 89).

A valorização da ocupação catador/a, vivenciada nos últimos anos, tem impulsionado um movimento dialético de transformação e autotransformação do espaço de trabalho e da figura catador. Ao pressionar, ou fomentar a criação de grupos coletivos ao invés

de núcleos familiares ou ao impulsionar a mudança de uma área de transbordo para um galpão de triagem, onde a ergonomia muda, as vestimentas mudam e o processo de receber, prensar e vender, o material se altera. Transformando não apenas as condições de trabalho, mas também a representação social da categoria.

Em alguns lugares na América Latina, a denominação da referida ocupação ganhou um pluralismo. Conforme a figura foi se tornando mais (re) conhecida, foram surgindo formas distintas de denominá-los. Também se percebe a mudança do nome da ocupação para termos considerados mais adequados, como no caso do Uruguai em que os documentos oficiais lançados pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MIDES os chamam de '*clasificador*' no lugar de '*recogedor*' como são popularmente conhecido. Sendo assim, passa a ser visto como o profissional que classifica, portanto, aplica um método, muito mais do que aquele que simplesmente 'recolhe' o material. Nesse movimento, a Argentina também está adotando essa nomenclatura.

No Brasil, a diversificação também é existente, embora a ocupação seja regulamentada pela CBO. Depara-se, por exemplo, com o conceito de 'agente ambiental' em algumas reportagens³⁸ e até mesmo projetos que, geralmente, estão ligadas a prefeituras, ONGs e projetos de iniciativa privada, a exemplo de empresas e bancos. chamar catadores/as de Agentes Ambientais traz algumas implicações. Provocam indagações sobre a real utilização do termo e apropriação dele pelo sujeito. Seria o catador um sujeito que promove bem estar ambiental, prestando um serviço para a natureza? Ou, serviço da forma que é prestado, provoca significativas mudanças no meio ambiente? É possível dissociar o significado dos dois termos?

Para entender melhor, é necessário compreender que o termo agente ambiental, ou agente ecológico, surge junto com o fortalecimento do movimento ambientalista e a difusão de ações de minimização de impactos ambientais na sociedade em geral. As autoras Kemp e Crivellari, argumentam que:

O relevo dado à consciência ecológica tem indicado que a preocupação com o empreendimento dos catadores vai além dos parâmetros econômicos e alcança o patamar social. A consciência ecológica, que tem sido assumida pelos catadores nesses municípios, tem gerado mudança de hábitos em suas vidas, além de constituir-se em argumento de negociação utilizados com a população, conscientizando-a, também, da necessidade de contribuir com a coleta seletiva

³⁸ A exemplo, o jornal "Espaços de Práticas de Sustentabilidade. Prefeitura Municipal de Mesquita e Banco Santander. 2009. Disponível em: <<http://sustentabilidade.santander.com.br/bancodepraticas/Documents/MESQUITA.pdf>>. Acesso em: 30 nov 2013.

do lixo, separando o material que pode ser reciclado. (KEMP; CRIVELLARI, 2008, p. 20)

Neste sentido, a dimensão ambiental incorpora-se à própria prática e compõe também a dimensão da ocupação catador/a, contudo, o que merece atenção é a implicação deste discurso.

Se de um lado trouxe mais visibilidade e ampliou a concepção, do outro, gerou a inversão do sentido da ocupação. Isto porque, ao passo que alguns grupos se utilizam desses termos para reclamar um reconhecimento histórico do papel ambiental do catador, por vezes, estão diante de um discurso que reclama algo na ocupação que deve ser valorizada (pois, tal atividade gera vários benefícios, como diminuir a quantidade de matéria-prima a ser consumida, por exemplo) e ainda, gera renda para as famílias mais pobres.



Figura 6 - HQ de Luciano Irrthum.
Fonte: IPESA, 2013.

De fato, isto é válido, sim, e merece ser valorizada também, contudo, o problema reside quando a imprensa e outros mecanismos de estado se apropriam desse termo e mascaram a real condição do trabalho deles, buscando torná-los mais “bonitos” e “aceitáveis” dentro de padrão de sociedade capitalista. Há inúmeros exemplos de mídias que passaram a abordar este assunto desta forma nos últimos anos. Uma delas inclusive promove uma crítica em torno da questão do mascaramento das reais condições de trabalho e provoca sobre a manutenção dessa ocupação³⁹.

Outro ponto crítico que reverberou dessa prática é a sobreposição de tarefas: o que era conhecido, exclusivamente, como forma de ganhar o pão a pão, agora é um serviço fundamental para ajudar o meio ambiente a sociedade atual a se desenvolver com sustentabilidade.

Quando se trata dos próprios catadores/as, o problema reside na apropriação do termo enquanto um discurso que não faz sentido, pois, é dissociado da realidade. Nota-se que na variável identidade, a pesquisa identificou 08 frequências em um grupo de 25 pessoas entrevistadas, relacionando os motivos pelo qual compreende o seu trabalho, com a necessidade da preservação da natureza. Em uma das entrevistas, na dimensão do discurso, enquanto estratégia de valorização fica claro: “Para mim, é muito importante por que de primeiro tinha muitas críticas. As pessoal ficavam, chamavam de lixeiro, passa fome e agora, e agora não tem mais. Como é que fala? Passando muito na televisão e o pessoal tá tendo mais importância pro nosso serviço” (EC. 18).

Sabe-se que o desafio em torno da identidade é grande e que se trata de algo em constante movimento, com dimensões complexas e complementares. É um dos maiores desafios do MNCR, hoje, enquanto trabalho de base, é ressignificação da ocupação, incorporando novos conceitos sem que eles se sobressaíam às desigualdades em torno do trabalho.

Em relação à formação, vale trazer alguns elementos que apareceram na entrevista aberta aos assessores técnicos. Este grupo de entrevistados colabora, na reflexão em torno da formação, desde o ponto de vista de que está na posição de educador, quanto que está na

³⁹ Observatório da Imprensa lançou uma crítica ao programa Globo Repórter. Redigida por Fábio Fonseca Figueiredo em 08/05/2012 na edição 693, intitulada “Seriam os catadores heróis?”. É possível ter acesso a texto na íntegra por meio do endereço eletrônico: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed693_seriam_os_catadores_herois>. Acesso em: 28 nov 2013.

posição de gestor, pois, a trajetória profissional de todos os entrevistados permitiu a experiência em ambos os lados.

Há elementos que suscitam um debate e que já foram colocados, tais como a questão da rotatividade, da necessidade de fortalecimento da autogestão, porém, outros aspectos mencionados na entrevista vale a pena serem tocados e refletidos, como a questão da escolarização básica. Quando perguntado: “Como pedagogo, o que você teria para falar sobre a questão formação de profissional *versus* formação básica?” o entrevistado EA.27 traz o seguinte relato:

A grande questão que a gente tem é primeiro: A maioria têm essa debilidade do ponto de vista da escolaridade. Tiveram pouca oportunidade de estar em sala de aula, a maioria veio de outros estados para buscar maiores oportunidades aqui no DF e em vista disso, a gente sabe que muitos têm interesse de voltar a estudar só que a grande dificuldade está em deixar de trabalhar para estudar porque, ele sabe que uma hora que ele deixa de trabalhar, ele vai estar perdendo dinheiro, então, ele vai deixar de ganhar o seu sustento de alimentar a sua família e por aí vai. Acaba sendo um empecilho do ponto de vista do trabalho, essa relação trabalho e estudo, porém a gente vê que existem cursos técnicos na área de reciclagem e grande parte dos catadores teriam sim interesse em participar, mas só participariam se houvesse subsídio de estar pagando para ele diária, ou tendo condições para ele estar sustentando a família e eles mesmo. questão de subsistência para que eles possam estar fazendo essas formações, essas capacitações. (AE. 27)

Nesse relato, observamos duas questões importantes. A primeira guarda relação com os conhecimentos prévios e as eventuais limitações no ponto de vista da escolarização que esses sujeitos carregam para os espaços de formação e a segunda, trata dos subsídios necessários para fazer a formação ter uma participação efetiva. Estes dois pontos são essenciais ao se projetar uma ação que necessite mobilizar os catadores/as, principalmente, dentro da cooperativa, pois é comum escutar falas do tipo: “um dia sem catar é um dia perdido”.

Sabe-se que a resistência é forte, porém, é necessário compreender que a estrutura do trabalho em diversos empreendimentos coletivos ainda não permite o espaço reservado para qualificação dos seus membros. O valor recebido pelo material coletado é baseado na produção dividida pelo tempo e cada centavo faz falta. Sendo assim, hoje, é comum encontrar projetos que incluem os subsídios como parte do orçamento geral. Esta vem sendo, por sua vez, a contrapartida imediata da participação desses sujeitos nas capacitações.

Ao se perguntar “O que você acha que motiva um catador a participar de uma formação profissional?”, outro entrevistado trouxe esse tema à tona, respondendo: “É triste.

Você vai ter que pagar ele” (EA. 28). E buscando complementar a resposta perguntamos “Pagar como?”, ele acrescenta: “Vai ter que pagar com diárias, cesta básica, passagem, alimentação, tem que ter tudo. Você vai pagar a diária. Se você pagar um dia de trabalho dele, ele vai para dentro da sala de aula, se você não pagar eu acho que o quórum, e nem sei se a gente consegue quórum”. (EA. 28)

No momento, esta prática vem se mostrando necessária e vem resultando no avanço da inserção e manutenção de alguns cursos. Todavia, é necessário investir também na estruturação de espaços formativos independentes de recursos externos. Fazendo funcionar o fundo para a educação previsto em vários estatutos e não gerando a dependência com as entidades. Mesmo se constituindo um desafio, é possível encarar essa prática com algo real e que pode se consolidar, conforme se estabiliza a questão financeira e a compreensão da formação ao longo da vida nos empreendimentos coletivos.

Em relação ao item formação, podemos afirmar que não haverá processo educativo efetivo que não leve em conta a realidade socioeducativa e que não estabeleça estratégias antes e durante a formação. É preciso que a formação (seja ela para ensinar um processo administrativo, esclarecer sobre os marcos jurídicos ou mobilizar para uma marcha) tenha a sensibilidade necessária para fazer a comunicação fluir, pois, a oralidade é o modo e o meio que as relações se constroem e se transformam.

Em relação à construção de um método, ao se perguntar “Quais são os desafios para o educador que vai trabalhar com esse público?” O entrevistado EA. 28 traz algumas pistas relacionadas à sua experiência se expressando da seguinte forma: “Primeira coisa é saber lidar, saber lidar com o catador” (EA. 28) e ao aprofundarmos este ponto, foi perguntado: “O mínimo de experiência você acha que é necessário? E como resposta tem-se:

Com certeza, esses dias mesmo entrou uma bolsista aqui, ela ficou sabendo para onde ela ia e no mesmo dia ela saiu, não voltou nem no outro dia. Entendeu. Então, a primeira coisa que você precisa é conhecer bem o seu público, ter uma linguagem simples e eu acho que isso é essencial. Trabalhar com catador você precisa ter uma linguagem. Porque hoje eles já questionam, e isso é muito bom. Se você tiver uma linguagem muito rebuscar eles já dizem logo: - “oh, não estamos entendendo nada do que você está falando”. Então, isso é sinceridade, então, o educador ele tem que ter uma noção muito boa de educação popular, se ele não tiver, ele não consegue sustentar uma turma. Outra coisa, pensar em uma dinâmica participativa, sabe, numa dinamicidade, porque se for uma aula muito teórica você não mantém ele na sala de aula. Como você vai envolver. E outra coisa, ter conhecimento da prática deles, porque se não, como é que você vai trabalhar isso com eles? entendeu. Se você não for trabalhar isso na prática, pensar assim: como que eu pego esse conhecimento e trabalho com eles lá no campo, na prática? Ele tem que saber isso, ou se ele for trazer a prática para dentro da sala de aula ele também tem que saber como é que é a prática deles,

para você pensar em dinâmicas. Como você pode trabalhar e problematizar isso dentro de sala de aula. Eu acho que o maior desafio mesmo é saber lidar com esse público e ter didática. (EA. 28)

Outro relato envolvendo método é o entrevistado que diz:

Primeiro que eu acho que, existam algumas práticas que vão lá e colocam o catador durante três horas dentro de uma sala de aula, para um módulo, a onde, ele não consegue, ficar mais de 30 minutos sentando, e onde a partir das duas horas e meia para frente ele não vai ter rendimento, não vai ter absorção, catador fica ali obrigado, por uma questão da instituição que esta oferecendo aquilo. Por outro lado, também, não dá para fazer as “benzenções” que estão colocadas por aí, que chegam lá em 20 minutos querem apresentar um conceito, uma transformação, uma mudança, onde o catador não consegue ter o mínimo de aprendizagem em 20 minutos, 1 hora. Então eu acredito que nós devemos ter, a Pedagogia da alternância, aliados a processos lúdicos, a processos de entretenimento, a processos onde ele se sinta participe daquela construção, e onde a metodologia seja uma coisa livre solta, e pensando para aquelas pessoas que vivem na rua, vivem de processo onde não exista metodologias atreladas a bancos e a horas de aula muito extensas. (EA. 26)

Como se pode perceber, não há receitas prontas, no entanto, há convergências de opiniões e propostas que indicam a dinamicidade e um processo horizontal como estratégias fundamentais, além do conhecimento do público comprometimento com a causa e com os direitos dos catadores/as. Sem o uso dessas ferramentas, chega-se no assistencialismo de projetos fragmentados, que vem carregado de métodos pedagógicos centrado da “eficiência”.

Para superar a educação bancária e reduzida (cionista) é importante:

[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. (FREIRE, 1996, p. 33).

Hoje, um dos grupos que mais vem se destacando e construindo formas alternativas é o próprio MNCR. Como provoca Boaventura “Os novos modos de produção de conhecimento exigem outros espaços. (Boaventura, 2005, p. 46). É no âmbito do fortalecimento e do trabalho direcionado as bases, que o MNCR vem construindo a sua pedagogia. Um dos trabalhos que mais sistematizou essa perspectiva foi o livro “Do Lixo à Cidadania: Guia para a formação de cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis” que traz alguns contribuições baseados na própria experiência dos autores e que resgatam a proposta de formação do Movimento, como o exposto no seguinte trecho:

Entre as metas do programa de formação do MNCR que data de 2005 se encontrava a auto-organização e concepção sobre a qual os trabalhadores se organizam a si próprios. Mais tarde isso foi chamado de formação “de catador para catador”, método e pensamento que é sem dúvida o grande carro-chefe da organização de catadores hoje no Brasil. Consiste na ação dos próprios catadores, lideranças formadas pelo mesmo processo que irão formar outros catadores com método e linguagem próprios mais ligados ao cotidiano dos catadores a serem formados. A troca de experiências entre os catadores quebra uma primeira barreira relacionada à autoestima dos formandos – afinal, é outro catador como ele que está falando conhece a realidade difícil do trabalho e traz essas experiências para o ambiente de formação. (PINHEL, 2013, p. 117)

A pedagogia do MNCR é, sem dúvida, a mais interessante proposta pedagógica construída para atender todos esses processos e, atualmente, é a que mais intensamente desperta a minha atenção para conhecer e me aprofundar.

A resposta sobre qual a forma mais indicada e método ideal, não se pode ser respondida, nem do ponto de vista de uma pedagoga, nem como militante, pois, o ideal não está dado, não está pronto, o ato de educar se faz e refaz na prática. Entretanto, ao pensarmos em uma educação emancipadora, há princípios que colaboram significativamente, como os tópicos trabalhados por Freire em Pedagogia da Autonomia, haja vista que a sua concepção nos mostra que educar é uma ato de amor e que exige, dentre tantas outras coisas, o respeito aos saberes dos educandos; exige respeito à autonomia do ser do educando; exige humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educandos; exige comprometimento e convicção que a mudança é possível (Freire, 1996).

O que fica com essa investigação é o ensejo de novos estudos. Dentre elas podemos citar a necessidade do aprofundamento nas relações e nas condições de trabalho, tendo em vista que diversas empreendimentos coletivos não possuem instalações, contudo, consegue desenvolver as atividades oriundas da sua ocupação, inclusive ampliando as possibilidades de processamento do material. A questão do gênero nos empreendimentos coletivos de catadores/as e o acompanhamento do fechamento do lixão e da transferência dos catadores/as para o galpão tecnológico de reciclagem, analisando as implicações desse processo de adaptação. Sem esquecer o viés do gênero

Também cabe analisar a estrutura dos cursos oferecidos para os catadores/as e compreender dentre do viés marxista da divisão social do trabalho, se há fortalecimento da autonomia, da participação ou da subordinação ao sistema capitalista.

8. Parte III

8.1 Perspectivas profissionais

Considerando a trajetória como pesquisadora e militante durante a graduação, pretendo seguir desenvolvendo o meu trabalho na área da educação popular com os movimentos sociais. Com o final da graduação, tenho a certeza de que posso aprender muito mais e contribuir com as lutas dos catadores/as, por isso buscarei continuar estudando e desenvolvendo pesquisa sobre este tema no mestrado. Pretendo também compor o conselho acadêmico do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e participar como militante educadora dos projetos e das marchas propostos por eles.

9. Referências Bibliográficas

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária: Mediações Pedagógicas do Trabalho Associado**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

ALVES, Adriana. **A percepção dos catadores de materiais recicláveis sobre os cursos de formação profissional**. In: Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, 9; Congresso de Iniciação Científica da UnB, 18. 2012. Brasília, Brasil.

_____. Incubadora de Redes de Economia Solidária: a troca de saberes para o fortalecimento de práticas autogestórias. In: Congresso Iberoamericano de Extensión Universitária, “Integración extensión, docencia e investigación para la inclusión y cohesión social”, XI. Universidad Nacional del Litoral. 2011. Santa Fé, Argentina. **Anais...**

ARROYO, Miguel. **Outro sujeitos, Outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurece. **Análisis del discurso**. Madrid: Akal, 1986.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 out 2006.

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 ago 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES: **CBO – 2010**. 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

DABAS, Elina. **Redes Sociales, Familias y Escuela**. Buenos Aires: Paídos, 1998.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique Tahan. A Adequação Sócio-Técnica na agenda do Complexo de C&T e dos Empreendimentos autogestionários. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, XI. ALTEC. 2005. Salvador, Bahia, Brasil. **Anais...**

FELC/MG, Fórum Estadual de Lixo e Cidadania de Minas Gerais. **Manual para organização e negociação dos serviços**: sistema de coleta seletiva com participação dos catadores. Belo Horizonte: [s/n], 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 46 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários.** MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato (Orgs.). São Paulo: FBB, 2010.

GADOTTI, Moacir. **A Economia Solidária como Práxis Pedagógica.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar Experiências.** RESENDE, Maria Viviana V. Resende (Trad.). 2. ed. revista. Série Monitoramento e Avaliação. Brasília: MMA, 2006.

IPEA. **Diagnóstico sobre os catadores de materiais recicláveis.** 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf>. Acesso em: 10 ago 2013.

JORNAL ESPAÇOS DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE. Prefeitura Municipal de Mesquita e Banco Santander. 2009. Disponível em: <<http://sustentabilidade.santander.com.br/bancodepraticas/Documents/MESQUITA.pdf>>.

KEMP, Valéria H.; CRIVELLARI, Helena M. T. **Catadores na Cena Urbana – Construção de Políticas Socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** ENDERLE, Rubens; SCHNEIDER, Nélío; MARTORANO, Luciano Cavini (Trans.). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** RANIERI, Jesus (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2004.

MILANEZ, B. Resíduos sólidos urbanos: panorama atual, desafios e perspectivas. In: IPEA (Org.). **Infraestrutura social e urbana no Brasil:** subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas - Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: IPEA, 2010, v. 6.2, p. 515-547.

MNCR. **Carta de Brasília.** 2001. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br>>. Acesso em: 10 ago 2013.

_____. **Cartilha de Formação Nível 1 - Caminhar e resistir.** 2009. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-formacao-do-mnccr-nova/view>.

_____. **Programa de Formação.** Caderno I e II. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf/view>.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social.** Cortez, 2011.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular.** SOUZA, Ana Inês (Org.). Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. **Análise das relações reciprocitárias em cooperativas de catadores de lixo de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. 2007.

WHITAKER, Francisco. R . Disponível em: <http://inforum.insite.com.br/arquivos/2591/estrutura_alternativa_organizacao.PDF>. Acesso em: 04 dez 2013.

WIRTH, Ioli Gewehr. Movimento dos Catadores no Brasil, para além do direito ao trabalho. In: Fórum de Doutorado em Ciências Sociais “Transversando nas Ciências Sociais”, I, 2012, Campinas. **Anais...**

Sítios visitados

Abertura da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizado no dia 27/10/2013 em Brasília-DF. Disponível em: <<http://youtu.be/A7Oesrd-a04?t=4m10s>>. Acesso em: 07 nov 2013.

Fonte das figuras 01 e 02. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_3/galeria-de-fotos>. Acesso em: 20 nov 2013.

Fonte da figura 03. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2012/06/12/dia-contra-trabalho-infantil.htm#fotoNav=3>>. Acesso em: 03 nov 2013.

Fonte da imagem 05. Disponível em: <<http://www.casacivil.df.gov.br/noticias/todas-noticias/item/3136-plano-de-inclus%C3%A3o-para-catadores-%C3%A9-finalizado.html>>. Acesso em: 01 dez 2013.

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/>>. Acesso em: 18 ago 2013.

Rede Lationamericana de Recicladores, RED-LACRE. Disponível em: <<http://redrecicladores.net/>>. Acesso em: 18 ago 2013.

Terapia das Palavras. Disponível em: <<http://terapiadapalavra.com/2008/08/29/%C2%A8-frases-vi-nas-tuas-maos-ines-pedrosa/>>. Acesso em: 18 ago 2013.

Anexos

10.1 Anexo 01 - Fotos de eventos com a participação dos catadores e da pesquisadora.



Figura 7 - Assinatura da PNRS.
Fonte: Ódecio Rosaffa, 2010.



Figura 8 - Catadores no lançamento do Programa Cataforte.
Fonte: Própria, 2013.



Figura 9 - Foto com o professor Paul Singer no Seminário Pró-catador.
Fonte: Própria, 2013.



Figura 10 - Encontro da Assessoria Jurídica Popular com membros do MNCR e MNPR.
Fonte: Própria, 2013.



Figura 11 - Catadores na audiência pública sobre a Parceria Público Privada.
Fonte: Própria, 2013.

10.2 Anexo 02 - Roteiro de entrevistas.

Modelo do roteiro de entrevista aplicados aos catadores

Blocos temáticos	Variáveis
01 Perfil e Identidade	1 Dados dos entrevistados: 1.1 Idade, 1.2 Sexo, 1.3 Estado de origem, 1.4 Ocupação atual, 1.5 Tempo de ocupação, 1.6 Outras profissões.
	2 O que é ser catador/a para você?
02 Formação profissional	3 Você já participou de alguma formação profissional?
	3.1 Quais?
	4 Que tipo de curso você gostaria de fazer?
	5 Você considera importante ter curso de formação profissional para quem trabalha no mundo da reciclagem?
	5.1 Por quê? (feita somente para os catadores)
	6 Quais são os cursos que você considera importantes para qualificar o seu trabalho como catador?
03 Aspectos motivacionais	6.1 Por quê? (feita somente para os presidentes)
	7 Ter formação profissional modificou algo na sua vida pessoal e social?
	7.1 E na sua vida profissional, o que mudou?
04 Avaliação	8 O que atrai você em um curso de formação profissional?
	9 Como você avalia a formação que teve? Por quê?

Modelo do roteiro de entrevista aplicado aos dirigentes

Blocos temáticos	Variáveis
01 Perfil e Identidade	1 Dados dos entrevistados: 1.1 Idade, 1.2 Sexo, 1.3 Estado de origem, 1.4 Ocupação atual, 1.5 Tempo de ocupação, 1.6 outras profissões.
	2 O que é ser catador/a para você?
02 Formação profissional	3 Você já participou de alguma formação profissional?
	3.1 Quais?
	4 Que tipo de curso você gostaria de fazer?
	5 Você considera importante ter curso de formação profissional para quem trabalha no mundo da reciclagem?
	6 Quais são os cursos que você considera importantes para qualificar o seu trabalho como catador?
	6.1 Por quê? (feita somente para os presidentes)
03 Aspectos motivacionais	7 Ter formação profissional modificou algo na sua vida sua vida pessoal e social?
	7.1 E na sua vida profissional, o que mudou?
04 Avaliação	8 Como você avalia a formação que teve? Por quê?